



COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - COPEL



CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

www.copel.com/copel@copel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

1. APRESENTAÇÃO

Mensagem da Administração

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão, Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 17 de Março de 2008.

A Administração

2. CENÁRIOS

2.1 Análise Internacional

A economia mundial continuou a apresentar crescimento significativo no primeiro semestre de 2007, apesar das ocorrências negativas nos mercados financeiros. China, Rússia e Índia tiveram uma evolução acima da média e responderam por uma parcela representativa da expansão global, seguidos por outros países emergentes e em desenvolvimento. No último quadrimestre do ano o crescimento mundial sofreu redução, devido às crises no setor financeiro, originadas pelo descumprimento nas hipotecas dos Estados Unidos e as perdas associadas nos bancos e fundos de hedge. A economia americana desacelerou neste último quadrimestre, com diminuição nas atividades da indústria, no emprego e no consumo.

2.2 Análise Nacional

Em 2007 o Brasil apresentou crescimento econômico mantendo a estabilidade inflacionária. Esta evolução ocorreu principalmente em função da expansão do mercado interno, com a ampliação do crédito após a queda das taxas de juros e com os ganhos reais de salário, derivados da apreciação cambial. A elevada liquidez internacional e os altos lucros decorrentes do aumento dos processos de fusões e aquisições das empresas provocaram uma depreciação do dólar, experimentada em escala quase global. Este processo, em conjunto com fatores tais como juros internos altos em relação aos internacionais, expressivos saldos comerciais produzidos pelas cotações recordes das commodities e a eliminação da fragilidade externa decorrente da geração de superávits em transações correntes, intensificaram a entrada de recursos externos no Brasil. O PIB do país variou 5,4% em 2007.

2.3 Análise Estadual

Após dois anos de crescimento reduzido, o Paraná apresentou recuperação na economia em 2007, voltando a crescer acima da média nacional, devido a combinação de resultados positivos dos setores agropecuário, industrial e de serviços. Segundo a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento-SEAB, a produção paranaense estimada de grãos na safra 2006/2007 deverá aumentar 23,4% em relação à temporada 2005/2006. A indústria apresentou aumento de 6,7% na produção física industrial no ano, correspondendo ao quarto melhor resultado entre as unidades da federação, devido principalmente às indústrias de veículos automotores, máquinas e equipamentos, e alimentos. As exportações do Estado, apesar da desvalorização do dólar, aumentaram 23,5%, não somente devido aos volumes comercializados, mas também devido à elevação dos preços internacionais. O setor de comércio e serviços acompanhou o crescimento dos demais setores, com acréscimo nas vendas principalmente nos ramos de hipermercados e supermercados, equipamentos de escritório e informática e móveis e eletrodomésticos, o que torna nítido o aumento do poder de compra da população. A estimativa para a evolução do PIB do Estado em 2007 é de 6,0%.

2.4 Análise Setorial

O consumo de energia elétrica verificado em 2007, teve significativo aumento em relação ao ano de 2006, em virtude da maior disponibilidade e alongamento do crédito, queda dos juros, melhor desempenho da economia e aumento da renda, que estimulam o consumo em geral, em especial a aquisição e uso de equipamentos consumidores de eletricidade. Vale destacar que, em 2007, o consumo industrial representou 45,9% da demanda total, ao passo que os segmentos residencial e comercial responderam por 24,1% e 15,6%, respectivamente, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética -EPE.

Com vistas à expansão de seu parque gerador, a Copel Geração e Transmissão adquiriu os 70% de propriedade da Wobben Windpower do controle da Centrais Eólicas do Paraná, empresa que opera cinco aerogeradores em Palmas, região Sul do Paraná, com potência instalada de 2,5 MW.

Durante o ano de 2007, a Companhia deu prosseguimento às ações destinadas a obter a Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi – empreendimento de 361 MW de potência e orçado em R\$ 991,3 milhões, no qual tem participação de 51% e tem como parceira a Eletrosul, estatal controlada pelo Governo Federal, com 49%. O processo de licenciamento ainda não foi concluído em razão de decisões judiciais ainda não superadas. Marcamos também aprofundamento dos estudos de impacto ambiental do projeto, principalmente no que toca às comunidades indígenas por ele afetadas.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Resultado

Em 2007, a Copel Geração e Transmissão obteve lucro líquido de R\$ 542,5 milhões, sendo 36,2% menor que o obtido no exercício anterior, de R\$ 850,2 milhões. Tal resultado proporcionou um percentual de Rentabilidade do Patrimônio Líquido de 20,9%, representando decréscimo de 59,3% em relação a 2006. As principais variações são as seguintes:

- 1) Receita de suprimento de energia elétrica acréscimo em 9,9%, decorrente da venda em Leilão e contratos bilaterais;
- 2) Os custos operacionais totalizaram em 2007 R\$ 425,7 milhões superiores em relação a 2006, destacando-se naquele ano a repactuação da dívida entre a Copel Geração e Compagas pelo Termo de Ratificação de Quitação Mútua em 30.05.2006, que resultou na reversão dos valores contabilizados até aquele exercício.
- 3) Em receitas financeiras houve decréscimo em relação ao ano anterior motivado também pela repactuação da dívida entre Copel Geração e Compagas, reconhecendo-se o valor de R\$ 283,2 milhões como descontos obtidos no ano de 2006.

3.2 LAJIDA ou EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Tributos, Depreciação e Amortização – LAJIDA ou EBITDA, totalizou R\$ 837,9 milhões, sendo inferior em 11,2% ao apresentado em 2006 que foi de R\$ 943,6 milhões.

3.3 Endividamento

As dívidas de curto e longo prazo sofreram variações em 2007 em virtude da incorporação do passivo da Copel Transmissão, no valor de R\$ 38,0 milhões. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 70,2 milhões, dos quais R\$ 46,1 milhões em amortização de principal, e R\$ 24,1 milhões de encargos.

4. NEGÓCIOS

4.1 Atividades e área de atuação

A Copel Geração e Transmissão explora o serviço de geração e transmissão de energia.

4.1.1 Operação e Manutenção de Usinas e Subestações

Dentre as ações realizadas em 2007 no tocante à operação e manutenção de nosso parque gerador, destacamos as que se seguem:

- 1) Início do processo de modernização, automação e teleoperação da Usina Apucarantina, inaugurada em 1949, localizada no Município de Tamarana. O projeto demandará investimentos de R\$ 4,5 milhões e proporcionará aumento da vida útil da usina,

melhoria do suprimento de energia elétrica, beneficiando a comunidade indígena da região.

- 2) Celebração de contrato de operação e manutenção, em conjunto com a Petrobras, da Usina Termelétrica de Araucária, visando garantir seu funcionamento seguro.
- 3) Instalação de novos disjuntores nas subestações das Usinas Salto do Vau (União da Vitória), Melissa (Corbélia), São Jorge e Pitangui (Ponta Grossa), Marumbi (Morretes), Cavernoso (Virmond), Chopim (Itapejara D'Oeste) e Rio dos Patos (Prudentópolis), visando garantir maior segurança e disponibilidade operacional.
- 4) Substituição e instalação: a) na Usina Chaminé, localizada em São José dos Pinhais, de novos rotores para as turbinas, com investimento de R\$ 2,5 milhões; e b) na Usina Governador Parigot de Souza, localizada em Antonina, de novo rotor para uma das turbinas, com investimento de R\$ 1,5 milhão.
- 5) Modernização dos sistemas de proteção das unidades geradoras das usinas Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Pinhão), Gov. Ney Braga (Mangueirinha) e Gov. José Richa (Capitão Leônidas Marques), visando maior confiabilidade operacional e segurança, com investimentos de R\$ 1,2 milhão.

4.1.2 Transmissão

Tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica produzida pela Companhia, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. A Concessionária opera, para o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, parte do Sistema Interligado Nacional - SIN na região Sul do país. Seu sistema conta com 30 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV e 1.822 km de linhas de transmissão, conforme detalhamento nos quadros a seguir:

1) Subestações

Dimensionamento do parque de subestações de transmissão da Copel Geração e Transmissão (não estão incluídas as subestações elevadoras de usinas):

Tensão	Subestações Automatizadas	Potência (MVA)
230 kV	26	7.484,7
500 kV	4	2.200,0
Total	30	9.684,7

2) Linhas de transmissão

Extensão da rede de transmissão da Companhia, subdividida por níveis de tensão:

Linhas de Transmissão		Comprimento (km)
Outras	138 kV	7,8
Rede Básica	230 kV	1.616,4
Copel G&T	500 kV	162,8
Total	TOTAL	1.787,0

Dentre as obras implantadas, destacamos a construção:

- da subestação Santa Mônica 230 kV, na região metropolitana de Curitiba, com transformação de 300 MVA e ampliações das subestações interligadas;
- da subestação Posto Fiscal 230 kV, em Paranaguá, com transformação de 192 MVA e ampliações das subestações interligadas;
- do seccionamento da LT 230 kV Gov. Parigot de Souza - Uberaba para atendimento a Subestação Posto Fiscal, com 36,75 km.

4.2 Mercado

4.2.1 Ambiente Regulado

A Copel Geração e Transmissão comercializa a maior parte de sua energia no ambiente regulado. Os contratos de leilão CCEAR em 2007 representaram 67,95% do total de energia vendido que equivalem a 11.787,9 GWh de CCEAR nos produtos 2005, 2006 e 2007.

4.2.2 Ambiente Livre

Em 2007, os consumidores livres e concessionárias de distribuição, através de contratos bilaterais, representaram 31,13% do total de energia vendida pela Companhia. O maior Cliente é a Celesc, com 70,10% das vendas no ambiente livre. A Copel Geração e Transmissão encerrou o ano de 2007 com 20 clientes livres e bilaterais.

4.2.3 Expansão da Geração de Energia

Em 03.07.2007, o Ministério de Minas e Energia assinou, com o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, contrato de concessão para construção da Usina Hidrelétrica de Mauá (Eletrosul x Copel Geração e Transmissão), garantindo a incorporação de mais 361 MW de potência instalada ao parque gerador da Copel Geração e Transmissão. O empreendimento representa investimento, no Paraná, de aproximadamente R\$ 991,3 milhões, gerando riqueza e desenvolvimento ao Brasil e, em particular, à sociedade paranaense.

Adicionalmente à construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, a Copel Geração e Transmissão mantém estratégia de participar, em conjunto com a Eletrosul, de leilões de aproveitamentos hidráulicos localizados no Estado do Paraná, particularmente dos aproveitamentos de Salto Grande, no rio Chopim, e Baixo Iguazu, no rio Iguazu, quando estes vierem a ser listados em leilões de venda de energia elétrica.

Com vistas à expansão de nosso parque gerador, foi incorporada a Usina Eólica de Palmas, da Centrais Eólicas do Paraná, localizada no Município de Palmas, cuja planta é composta de cinco aerogeradores com potência total de 2,5 MW.

4.3 Copel Geração e Transmissão em Números

	2007	2006	Δ % 2007-2006
Financeiros - R\$ milhões			
Receita Operacional	1.502,3	1.303,4	15,3
Receita Operacional Líquida ou Vendas Líquidas	1.301,6	1.118,8	16,3
EBITDA ou LAJIDA	837,9	943,6	(11,2)
Lucro Líquido	542,5	850,2	(36,2)
Patrimônio Líquido	3.144,4	2.509,2	25,3
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez Corrente (índice)	1,37	0,81	69,1
Margem operacional líquida (%)	56,23	75,13	(25,2)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	20,85	51,25	(59,3)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	10,76	14,13	(23,8)
Atendimento			
Geração de energia - Participação mercado Nacional (%)	4,9	4,1	19,5
Geração de energia - Participação mercado da Região Sul (%)	31,3	24,7	26,7
Transmissão de energia - Participação mercado Nacional (%) ^{(1) (2)}	1,9	-	100,0
Empregados	1.510	975	54,9
Mercado			
Geração própria (GWh)	18.134	10.358	75,1
Operacionais			
Usinas em operação	18	18	-
Subestações elevadoras	11	11	-
Subestações transmissoras	30	-	100,0
Linhas de transmissão (km)	1.787	-	100,0
Capacidade instalada (MW)	4.550	4.550	-

⁽¹⁾ refere-se exclusivamente ao comprimento de linhas da rede básica em dezembro/2007

⁽²⁾ dado estimado

5. RECURSOS HUMANOS

Todo o quadro próprio da Companhia é contratado por meio de concurso público, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça ou crença. A Companhia destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afrodescendentes. Em 2007, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa passíveis de preenchimento por portadores de necessidades especiais. A retomada do crescimento do número de empregados próprios, a partir de 2003, refletiu a decisão de não mais se privatizar a Companhia, de recompor seu quadro próprio para atender à efetiva demanda reprimida de trabalho crescente e de primarizar serviços essenciais e diretamente ligados ao negócio, os quais haviam sido anteriormente terceirizados.

5.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia conta com diversas formas de capacitação e aprimoramento continuados de seus empregados. Em grande parte, são cursos realizados internamente para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos. Adicionalmente, a Copel Geração e Transmissão aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos em cursos de pós-graduação e incentivo ao seu autodesenvolvimento, por meio de programa de auxílio-educação.

5.2 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Companhia e a CENPRL, comissão especialmente constituída para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2007. O Plano de Cargos e Salários da Copel Geração e Transmissão foi reestruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional na Companhia. Ele serve de referência para a remuneração fixa, buscando a comparação dos salários pagos pela Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial.

5.3 Benefícios

Dentre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel Geração e Transmissão e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Outro conjunto de benefícios, concedidos pela Companhia e administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Companhia é mantenedora, são: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, dentre os melhores oferecidos pelo mercado.

5.4 Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

A totalidade dos empregados da Copel Geração e Transmissão é representada nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes. A legislação brasileira estabelece que essas entidades podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Companhia mantém estreito relacionamento com as entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

A participação dos empregados nas negociações tem papel de fundamental importância, e vai desde a presença nas assembleias sindicais, para elaboração da pauta de reivindicações, até a deliberação da categoria pela aceitação ou rejeição da proposta da Companhia. A Copel Geração e Transmissão também incentiva a participação dos empregados em conselhos, órgãos de classe e associações profissionais, entre outras entidades.

5.5 Programas e Campanhas Corporativas de Segurança e Saúde

Fatores que têm influência na saúde e segurança são identificados e tratados através de programas corporativos específicos, dentre os quais destacamos:

- Programa de Prevenção ao Risco Ambiental - PPRA;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Campanha Permanente de Segurança e Saúde "Dê Preferência à Vida";
- Programa de Ginástica Laboral e de Condicionamento Físico;
- Programa de Gestão de Segurança e Saúde - GSS; e
- Programa "Caça ao Risco" e Portal de Segurança e Saúde, o qual registra quase-acidentes e situações de risco nas instalações da Copel Geração e Transmissão e na rede elétrica externa, que possam comprometer a segurança dos empregados próprios ou contratados ou da comunidade. Aplicativo específico do programa está disponível a todos os empregados da Companhia por meio do Portal de Segurança e Saúde, na Intranet, possibilitando o controle e acompanhamento dos registros e das ações corretivas implementadas.

6. INVESTIMENTOS

O programa de investimentos para 2008, aprovado pela 119ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Controladora, realizada em 27.12.2007, apresenta R\$ 263,0 milhões de investimentos.

Abaixo demonstramos os valores realizados e a previsão de investimentos para 2008, abrangendo o ativo imobilizado e o ativo intangível:

Valores em R\$ Milhões	Realizado 2006	Realizado 2007	Δ % 2007-2006	Previsto 2008
Geração	42,1	28,3	(32,8)	144,6
Transmissão	145,9	74,2	(49,1)	118,4
Total	188,0	102,5	(45,5)	263,0

7. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO – P&D

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel Geração e Transmissão investiu, em 2007 em 22 projetos relativos aos ciclos 2005/2006. Maiores detalhes na Nota Explicativa 21.

8. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental da Companhia está estruturada para dar respostas aos desafios de referência em sustentabilidade.

A atuação da área de meio ambiente dá-se atualmente de forma matricial, por meio de comitês, programas e projetos, encontrando-se o processo de gestão dividido em quatro blocos, que têm por objetivo:

- Institucional: integrar de forma sistêmica processos e realizar representação institucional;
- Legal: direcionar proativamente processos internos, com vistas ao cumprimento da legislação ambiental;
- Sustentabilidade: construir tripé de sustentabilidade da Copel Geração e Transmissão, formado pelas áreas ambiental, social e econômica da Companhia, com alinhamento ao seu referencial estratégico;
- Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), Ciência & Tecnologia e inovação (C&T): direcionar processos internos da Companhia para a sustentabilidade, com vistas à busca de novas fontes de energia renováveis para diversificação da matriz energética.

Os principais marcos do desempenho da área de meio ambiente da Copel Geração e Transmissão em 2007 foram:

- Elaboração do planejamento estratégico, com a organização da Gestão Ambiental para a Sustentabilidade, e incorporação dessas políticas e estratégias nos processos, produtos e serviços de responsabilidade da Companhia;
- Alinhamento às políticas públicas para adoção da gestão por bacias hidrográficas;
- Criação de:
 - Programa permanente de auditoria e gerenciamento de riscos e passivos ambientais;
 - Comitê de biodiversidade, e de grupos temáticos, para desenvolvimento de ações pro-ativas em florestas ciliares, áreas de preservação permanente e reservas legais, com a meta de estimular parcerias e apoiar pesquisas e projetos de conservação e de recuperação de biodiversidade nas bacias hidrográficas formadoras dos reservatórios;
 - Comissão permanente para monitoramento e controle de cianobactérias nas Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto e Pitangui-São Jorge.
- Estruturação de programas de educação ambiental para a sustentabilidade e de gestão corporativa de: a) gases de efeito estufa; e b) de resíduos;
- Coordenação, planejamento e organização do II STEF - Seminário de Tecnologias Energéticas do Futuro.

8.1 Promovendo o Protocolo de Kyoto

A Copel Geração e Transmissão tem realizado plantio florestal com vistas à recomposição de florestas ciliares em seus reservatórios. Segundo cálculo da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná - FUPEF, realizado em 2005, aproximadamente 262.130 toneladas de CO₂ serão retiradas da atmosfera após a recomposição de 580 hectares de florestas ciliares. Em 2007, foi formalmente criado grupo de trabalho com o objetivo de estabelecer programa de gestão de gases de efeito estufa na Companhia.

A frota de veículos destinada às atividades operacionais e ao transporte de pessoas a serviço da Companhia prioriza, em seu processo de aquisição, modelos com motor que utiliza o álcool como combustível. Os motores de veículos da frota movidos a óleo diesel sofrem manutenções rotineiras de forma a atender às exigências legais sobre emissão de poluentes. Tais veículos são conduzidos por empregados orientados e treinados quanto à importância das manutenções operativas, preventivas e corretivas, tanto aquelas indicadas pelo fabricante do veículo quanto às previstas no plano de manutenção elaborado pela Copel Geração e Transmissão. Dentre outros aspectos, destaca-se a importância da manutenção dos componentes de controle de emissão de poluentes.

8.2 Preservação Ambiental

A Companhia mantém o Manual de Instruções Técnicas - Meio Ambiente (MIT 164001), que apresenta procedimentos a serem seguidos para assegurar o mínimo impacto possível ao meio ambiente no desenvolvimento de suas atividades. Para atender às disposições da Lei Sarbanes-Oxley, a área de meio ambiente responsável pelos processos de geração e transmissão vem adotando medidas que garantem maior confiabilidade aos controles internos. Para tanto, foram elaborados macrofluxogramas dos processos de maior impacto, com identificação de controles deficientes, ineficazes ou inexistentes, o que resulta em melhoria de gestão.

8.3 Programas Socioambientais

8.3.1 Tributo às Águas

Em face da floração de algas nos reservatórios da Usina Hidrelétrica – UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM (Foz do Areia) e de Alagados, em 2007 foi elaborado o Programa Tributo às Águas, originado através do programa Tributo ao Iguauç, que possibilitou o diagnóstico necessário da qualidade das águas do reservatório da UHE GBM e da bacia de contribuição, sob a coordenação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, anteriormente à formalização de convênio entre Copel Geração e Transmissão, secretarias de estado do Paraná, Itaipu Binacional e Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, para implantação de gestão por bacias hidrográficas no Paraná. A microbacia do Rio Palmeirinha será a primeira a ser considerada em 2008 no âmbito do Programa Tributo às Águas.

8.3.2 Arborização Urbana

Devido aos impactos causados pelas podas de árvores o programa iniciou em janeiro de 2007 pela produção de mudas destinadas especialmente à arborização urbana, nos Hortos Florestais das UHEs Gov. José Richa, Gov. Ney Braga e Mourão. O objetivo é firmar convênios com os municípios para que estes adotem procedimentos adequados para a gestão da arborização urbana, elaborando projetos com as mudas fornecidas pela Copel Geração e Transmissão.

8.3.3 Florestas Ciliares

Desenvolvido desde 2005, este projeto tem como objetivo o reflorestamento nas áreas de preservação permanente às margens dos reservatórios da Companhia, tendo já possibilitado a recuperação de 113 hectares, com o plantio de 250 mil mudas de espécies nativas adequadas a cada bioma e de 800 mil sementes de palmito juçara (*Euterpe edulis* Mart), no reservatório da UHE Governador José Richa. Para ciência à comunidade das ações desenvolvidas, centenas de placas de identificação foram fixadas no local, tendo sido realizado também cercamento com 42.077 metros de extensão da área de preservação ambiental.

8.3.4 Assoreamento na Baía de Antonina

Tal projeto, desenvolvido em parceria com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – Lactec, teve o objetivo de realizar estudos para avaliar a possibilidade de influência dos sedimentos oriundos do rio Cachoeira no processo de assoreamento da Baía de Antonina, em especial na região do Terminal Portuário da Ponta do Félix.

O estudo considerou cenários onde a UHE Governador Pedro Viriato Parigot de Souza esteve em operação e inoperante, avaliou o efeito da transposição das águas do rio Capivari para o rio Cachoeira e o processo de transporte dos sedimentos provenientes também dos rios Nhundiaquara e Sagrado. O relatório final apontou que as simulações computacionais de modelagem do transporte de sedimentos na região da Baía de Antonina não detectaram influência da UHE Governador Pedro Viriato Parigot de Souza nos processos de deposição de sedimentos ao longo daquela baía.

8.3.5 Repovoamento de Rios do Paraná

A Copel Geração e Transmissão produziu 1.000.000 alevinos na Estação de Ictiologia que mantém na UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga. O programa de peixamento dos rios do Paraná com espécies nativas lançou 776.800 alevinos em 2007. Os locais de soltura foram os principais reservatórios das usinas hidrelétricas da Companhia e os tributários da bacia do Iguauç, próximos aos municípios de Pato Branco, Palmas e Francisco Beltrão. Em Palmas, especificamente, a atividade aconteceu em uma das reservas indígenas da comunidade Kaingang, em 12 tanques, que somam 30 hectares de lâminas d’água com prática de piscicultura de subsistência da aldeia, o que exalta o compromisso socioambiental da empresa nas comunidades de sua área de abrangência.

8.3.6 Canais para Passagem de Peixes

A Copel Geração e Transmissão, em comum acordo com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, implementou rede de canais a jusante da barragem da UHE Governador José Richa, interligando fossas e locais existentes no leito do rio Iguauç, possibilitando a circulação de peixes e salvamento daqueles atraídos pelo fluxo do vertedouro, principalmente na época da piracema.

8.3.7 Espécies Invasoras

Foram intensificadas ações de detecção e combate ao molusco denominado “mexilhão dourado”, espécie invasora já encontrada em várias usinas do setor elétrico brasileiro, por meio de campanhas específicas e pesquisa de métodos de controle realizadas em conjunto com o Instituto de Tecnologia Para o Desenvolvimento - Lactec. As diversas ações já em andamento visam mitigar os efeitos da presença desse molusco para garantir a disponibilidade das unidades geradoras da Companhia.

Espécies botânicas exóticas que têm grande poder de invasão e alteram o ambiente natural das áreas nas quais se alastram devem ser suprimidas, contribuindo para a recuperação ambiental. Atualmente, técnicos trabalham para a erradicação de *Pinus* spp. em áreas de campo nativo nas regiões de influência da Companhia nos municípios de Ponta Grossa e União da Vitória.

8.3.8 Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL

A Companhia, em alinhamento aos requisitos do MDL, analisa projetos a serem implantados e/ou mantidos visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade onde estão inseridos. O diagnóstico realizado em 2006 apontou oportunidades de obtenção de créditos de carbono em projetos de geração e transmissão de energia, tendo estudos específicos sido conduzidos em 2007.

8.3.9 Gestão Corporativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa

No segundo semestre de 2007, foi instituído o Programa de Gestão Corporativa de Gases de Efeito Estufa, com os seguintes objetivos principais:

- Inventariar as emissões de gases de efeito estufa no âmbito da Companhia;

- Avaliar e propor mecanismos de redução/neutralização de emissões;
- Identificar e encaminhar novas oportunidades de projetos com potencial para qualificação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL;
- Criar ferramentas internas de compensação;
- Incentivar inovação em tecnologia e processos, com foco na redução de emissões;
- Prestar apoio à continuidade relativamente a potenciais projetos identificados.

Atualmente, a Copel Geração e Transmissão está realizando avaliação da importância das emissões atmosféricas da frota própria, bem como avaliação mais ampla de possíveis projetos no âmbito do MDL, incentivada pelo fato de a primeira metodologia para o enquadramento de florestas ciliares no MDL ter sido aprovada pela Organização das Nações Unidas. A Companhia recomeçou também estudos para enquadramento de suas atividades.

8.4 Outras Ações / Controles Ambientais

8.4.1 Utilização de Água

As atividades inerentes aos negócios da Copel Geração e Transmissão não interferem nas áreas úmidas listadas pela Convenção Ramsar (1971), que trata da conservação e uso racional de zonas úmidas, assim como o consumo de água não afeta significativamente ecossistemas e habitats naturais.

A Copel Geração e Transmissão não recicla a água utilizada em suas unidades (cantinas, restaurantes, cozinhas, banheiros). Do ponto de vista industrial de geração de energia elétrica, ocorre simplesmente turbinamento da água retirada nos reservatórios, não sendo considerada, portanto, água consumida.

Nas instalações industriais das usinas, o sistema de resfriamento utiliza água bruta de corpos d’água superficiais e ocorre em circuito aberto, sem recirculação.

8.4.2 Utilização de Combustível Não Renovável

O parque gerador da Companhia conta com uma usina que utiliza combustível não renovável: Usina Termelétrica de Figueira, que fornece energia a partir do uso de carvão. A tabela a seguir apresenta o consumo de combustíveis não renováveis nessa usinas no período de 2005 a 2007:

Uso de combustível não renovável em usinas da Copel USINA TERMELÉTRICA DE FIGUEIRA			
Energia de Fonte Primária	2007	2006	2005
Carvão mineral (t)	72.888,381	73.018,299	74.138,992
Carvão mineral (MWh)	82.492,072	80.505	81.741
Carvão mineral (joules)	2,88 x 10 ¹⁴	2,89819 x 10 ¹⁴	2,942676 x 10 ¹⁴
Óleo diesel (m ³)	63	119	ND
Óleo diesel (MWh)	⁽¹⁾	1,145839	ND
Óleo diesel (joules)	⁽¹⁾	4,12502 x 10 ⁹	ND

⁽¹⁾ O óleo diesel é utilizado apenas na partida das unidades geradoras

ND: não disponível

8.5 Biodiversidade: Áreas Sensíveis e Unidades de Conservação

A Copel Geração e Transmissão considera como áreas sensíveis aquelas que devem ser prioritárias nos processos de conservação ambiental, bem como as demais onde se deve estabelecer restrição na utilização, podendo ser consideradas: áreas de preservação permanente, definidas pelo Código Florestal Brasileiro, através da Lei nº 4.771/65, e alterações subsequentes (Lei nº 7.803/89, Medida Provisória 2166-67/2000, Resoluções CONAMA 302 e 303/2002); e unidades de conservação, que englobam tanto unidades de proteção integral, estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgios da vida silvestre, quanto as de uso sustentável, aqui incluídas Áreas de Proteção Ambiental - APAs, dentre outras, definidas pela Lei nº 9.985/2000.

Ressaltamos que alguns empreendimentos de geração de energia da Companhia estão situados em áreas estabelecidas como de sensibilidade ou próximas a elas, cujos decretos de criação datam posteriormente a sua implantação. Como forma de respeitar a diversidade de ambientes e ecossistemas do Paraná, a Companhia mantém e monitora áreas protegidas e preservadas, principalmente na serra do mar e, ainda, em cumprimento a determinação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, compensa impactos causados quando da construção de grandes empreendimentos de geração através da criação de unidades de conservação, conforme apresenta a tabela a seguir:

Empreendimentos da Copel Geração e Transmissão localizados em ou próximos a áreas sensíveis			
Empreendimento	Área (ha)	Município	Áreas sensíveis
UHE São Jorge	22,40 66,32	Ponta Grossa Carambei	Parque Nacional dos Campos Gerais e APA da Escarpa Devoniana
UHE Marumbi	225,98	Morretes	Parque Estadual Pico Marumbi
UHE Gov. Parigot de Souza	865,18	Antonina	Parque Estadual do Pico do Paraná
UHE. Chaminé	1. 613,24 1.900,10	São José dos Pinhais Tijucas do Sul	APA de Guaratuba
UHE Guaricana	541,54 270,50	São José dos Pinhais Morretes	APA de Guaratuba

Unidades de conservação criadas pela Copel Geração e Transmissão ⁽¹⁾			
UHE Mourão	560,40 1.266,96	Campo Mourão Campo Mourão, Luiziana	Parque Estadual do Lago Azul
UHE Gov. Ney Braga	1.231,06	Pinhão	Estação Ecológica do Rio dos Touro
UHE Derivação do Jordão	423,12	Candói e Reserva do Iguauç	Estação Ecológica Tia Chica
UHE Gov. José Richa	107,27	Capitão Leônidas Marques	Parque Estadual Rio Guarani

⁽¹⁾Unidades de conservação criadas pela Companhia em decorrência de seus empreendimentos e repassadas ao IAP para administração.

Conforme dados atualizados em 2007, as áreas de propriedade da Companhia localizadas em unidades de conservação, com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, são apresentadas na tabela abaixo:

Propriedades localizadas em unidades de conservação		
Unidade de uso sustentável	Municípios	Área (em ha)
APA Estadual de Guaratuba	São José dos Pinhais e Tijucas do Sul São José dos Pinhais e Guaratuba Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais	3.513,34 6.073,93 812,14
APA Estadual da Escarpa Devoniana	Ponta Grossa e Carambei Castro	88,72 40,10
	Total	10.528,23
Unidade de proteção integral	Municípios	Área (em ha)
Parque Estadual Pico do Marumbi	Morretes	225,98
Parque Estadual Pico do Paraná	Antonina	865,18
Parque Estadual do Lago Azul	Campo Mourão e Luiziana	1.827,36
Estação Ecológica Tia Chica	Candói e Reserva do Iguauç	423,12
Estação Ecológica Rio dos Touro	Pinhão	1.231,06
Parque Estadual Rio Guarani	Três Barras do Paraná	2.235,00
	Total	6.807,70
	Total geral	17.335,93

8.5.1 Monitoramento de Reservatórios de Usinas

A Copel Geração e Transmissão realiza monitoramento dos 18 reservatórios de suas usinas hidrelétricas e de corpos d’água sob influência das termelétricas, em atendimento às condicionantes das licenças de operação de seus empreendimentos. Concomitantemente, são desenvolvidos trabalhos de pesquisa com objetivos científicos, de conservação e preservação dos habitats relacionados. Em andamento encontra-se estruturação de banco de dados para dar suporte ao projeto de pesquisa “Modelo integrado de apoio ao monitoramento ictiológico”, o qual visa promover levantamento de dados ictiológicos existentes na Companhia, pesquisar metodologias de monitoramento aplicáveis, definir índices de monitoramento pertinentes e integrar todos os resultados à atual gestão de qualidade da água.

8.6 Licenciamentos Ambientais

Atendendo à Política Nacional de Meio Ambiente, a Copel Geração e Transmissão renovou as licenças de operação das UHEs Guaricana, Chaminé, Chopim I, Marumbi, Pitanga e Rio dos Patos, por mais quatro anos, e Apucarantina por mais dois anos.

A Companhia conta com técnicos florestais nas unidades regionais, os quais atuam na orientação das atividades de manutenção e de novos projetos ligados ao meio ambiente. A

Companhia busca obter licenciamento ambiental conforme determina a legislação vigente e, conseqüentemente, reduzir os riscos de atuações ambientais, melhorando a qualidade dos trabalhos executados.

8.7 Levantamento de Riscos e Passivos Ambientais

Compondo o processo de avaliação dos riscos e passivos ambientais da Companhia, em 2007 foi realizado o mapeamento e priorização de acompanhamento dos riscos e passivos ambientais oriundos dos processos de geração e transmissão de energia. A avaliação dos potenciais riscos e passivos do negócio relacionados ao cumprimento da legislação ambiental vigente converte-se em ferramenta de grande valia na gestão da Companhia, contribuindo para a racionalização das ações a serem desenvolvidas nas diversas áreas.

8.8 Ações Compensatórias - Comunidade Indígena Kaingang Apucarantina

Em dezembro/2006, firmou-se Termo de Ajuste de Conduata - TAC entre a Companhia, o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional do Índio - Funai e a Comunidade Indígena Kaingang da Terra Indígena Apucarantina. O TAC tem por objetivo implementar programa de etnodesenvolvimento que prevê a execução de projetos destinados à sustentabilidade socioeconômica e ambiental das gerações presentes e futuras daquela Comunidade, com recursos da indenização paga pela Companhia. Em julho/2007, comissão composta por 14 representantes da comunidade indígena e nove das demais entidades envolvidas realizaram visitas em duas comunidades também atingidas por barragens: Xerentes, em Tocantins (UHE Lajeado), e Waimiri-Atroari – Abonari/Jundiá, no Amazonas (UHE Balbina). Na oportunidade, diagnosticou-se a necessidade de ampliar a percepção em relação à cultura indígena e aos problemas do dia-a-dia, bem como de avaliação in loco dos resultados, benefícios e dificuldades de programas implementados anteriormente.

8.9 Política de Relacionamento com Órgãos Ambientais

A Copel Geração e Transmissão buscou, ao longo de 2007, estreitar relacionamento com órgãos ambientais licenciadores e fiscalizadores, com o objetivo de reduzir o tempo de análise de projetos protocolados. Com esse procedimento, já percebemos melhorias na agilização de processos encaminhados para avaliação.

Os técnicos florestais da Companhia buscam auxiliar, de forma proativa, o corpo técnico na obtenção dos licenciamentos ambientais permitindo a redução dos riscos de atuações ambientais e paralisação de obras.

8.10 Recuperação de Áreas Degradadas

Inúmeras espécies de árvores que povoavam as florestas do Paraná estão em fase de extinção, causada pela exploração indiscriminada de madeiras, por expansão da agricultura, falta de consciência ecológica generalizada, entre outras. Como forma de minimizar esse impacto e contribuir para a preservação da floresta, os Hortos Florestais da Companhia produzem, dentre outras, 320.000 mudas de espécies nativas do Paraná como peroba-rosa, cabriúva, imbuia e farinha seca, de grande importância ecológica, econômica, estética, científica e genética. Visando à preservação da vegetação nativa, na construção de novas linhas de transmissão em 2007 houve alteamento de estruturas em vários trechos, totalizando 83,98 hectares de áreas preservadas.

8.11 Destinação Final de Resíduos

No tocante à redução de resíduos industriais, em 2007 foram substituídos transformadores de excitação das unidades geradoras da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto, visando à eliminação de equipamentos com fluido isolante à base de ascarel.

A coleta seletiva corporativa encontra-se em avanço na Companhia, por meio de parcerias com prefeituras municipais, e é reforçada com ações internas de sensibilização e comunicação ambiental periódicas.

8.12 Educação Ambiental

Público Interno

O Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade insere-se no atendimento à missão da Companhia e tem como objetivo estimular a percepção abrangente dos empregados acerca de sua conexão com o meio em que vivem, inspirando-os a comportamentos responsáveis e ambientalmente sustentáveis na sociedade em geral. A Companhia participa da Agenda Unificada, por meio de parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar e demais órgãos estaduais, promovendo atividades externas em datas comemorativas, com o objetivo de dar visibilidade a seus programas ambientais e proporcionar contato direto com as demais partes envolvidas (comunidade, sociedade, clientes e consumidores em geral). A integração com a realização de eventos nas SIPATs - Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho, com temas que abordam a questão ambiental, constituem práticas de educação ambiental realizadas em 2007.

Colaboradores Terceirizados

O Programa de Sensibilização Ambiental tem a missão de motivar mudança comportamental dos trabalhadores em obras da Companhia e visa ampliar sua consciência e torná-los mais responsáveis quanto às conseqüências de suas ações profissionais e pessoais para a vida do Planeta, além de provocar reflexões quanto aos impactos ambientais gerados pelas obras dos empreendimentos e formas de minimizá-los.

Comunidade

A Copel Geração e Transmissão desenvolve atividades de educação ambiental para a comunidade no Museu Regional do Iguauç, o qual conta com um dos mais expressivos acesos regionais do Paraná destacando o homem, a fauna e a flora da região do Médio Iguauç. Em 2007, recebemos 17.415 visitantes.

A partir de 2007, passou a contar também, para atuar junto à comunidade, com o Centro de Educação Ambiental Horto Faxinal do Céu, que oferece trilhas perceptivas. Nesse ano, atendemos 2.098 visitantes.

8.13 Projeto de P&D Voltado ao Meio Ambiente

Com o objetivo de buscar soluções ambientais, a Copel Geração e Transmissão, em parceria com a Itaipu Binacional e a Sanepar, participa do projeto de diversificação da matriz energética denominado Geração de Energia Elétrica Distribuída que utiliza como combustível biogás produzido por dejetos dos suínos usando biodigestores. Recentemente, foi liberada à operação, em caráter experimental, a instalação-piloto situada na Granja Colombari, região de Foz do Iguauç. Permanecerá em atuação por 90 dias, após o que será liberada à operação não supervisionada. Para chegar ao protótipo instalado na Granja Colombari, a Companhia investiu em ensaios de campo, de laboratório e em tecnologia sofisticada de estudos elétricos de transitórios eletromagnéticos para garantir que a solução proposta de conexão de tais micro-geradores à rede da Empresa não resultará em problemas e, sim, se constituirá em solução. Dejetos dos 3.000 suínos criados na Granja deverão alimentar gerador de 50 kW, que está em funcionamento e sendo monitorado por oscilógrafo, equipamento para registro de todos os fenômenos que ocorrerão nesta etapa de operação experimental do projeto que prevê o auto-suprimento à própria Granja e a injeção do excedente da energia elétrica na rede de distribuição. A geração a partir dos biodigestores se diferencia da queima de biomassa visto que nela há a presença de bactérias na decomposição dos dejetos (processo anaeróbico).

9. POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Para captação de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas áreas de geração e transmissão, a Companhia obteve aprovação de financiamento, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, dos montantes de R\$ 5,1 milhões e R\$ 3,5 milhões, respectivamente.

10. POLÍTICA DE DIVIDENDOS/DESTINAÇÃO DOS LUCROS

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de, no mínimo, 30% do lucro líquido após a constituição das reservas exigidas pelo artigo 202 da lei 6.404/76.

11. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

11.1 Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Copel Geração e Transmissão tem suas atividades orientadas segundo as normas estabelecidas pelo Institute of Internal Auditors - IIA e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibra, segundo as quais a auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos através da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

No âmbito do gerenciamento de riscos e controles, a Auditoria Interna auxilia a organização na identificação e na avaliação de exposições significativas a riscos, contribuindo para a melhoria contínua e a manutenção desses sistemas.

Relativamente à governança corporativa, tais normas estabelecem que a Auditoria Interna

deve avaliar e fazer recomendações apropriadas para a melhoria do processo, contribuindo para promover a ética e valores apropriados dentro da organização, assegurar a gestão eficaz do desempenho e a responsabilidade por prestação de contas, comunicar de forma eficaz as informações relacionadas a risco e controle e auxiliar o estabelecimento de comunicação de informações entre os auditores externos e internos e a Administração.

11.2 Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela Empresa prestou serviços somente relacionados à auditoria independente. No relacionamento com os auditores independentes, a Companhia tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005 os principais controles dos ciclos que podem causar falhas ou erros nas demonstrações financeiras, acima do nível de materialidade, são testados pelas auditorias interna e externa. Como medida de governança, os procedimentos da auditoria interna para realização desses testes são avaliados pela auditoria externa.

12. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, que é, para a Companhia, o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal.

Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A política de Controles e Gestão de Riscos da Companhia, formulada em 2006, estabeleceu a sistematização dos processos de gestão de riscos e controles internos, cuja avaliação será utilizada por meio da metodologia estabelecida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO.

Em 2007, teve início a implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos, com apoio de consultoria especializada, com destaque para as seguintes atividades:

- planejamento da implantação da gestão de risco;
- avaliação do processo de gestão de risco atual e identificação de oportunidades de melhoria;
- identificação e avaliação dos principais riscos relacionados aos objetivos de crescimento e a questões ambientais e fundiárias;
- avaliação dos controles e ações de mitigação desses riscos;
- estudo de integração e alinhamento da gestão de risco com as demais iniciativas existentes - Lei Sarbanes-Oxley, gestão e padronização de processos da Organização Internacional para Padronização (International Organization for Standardization - ISO), Balanced Scored Card - BSC, Gerenciamento pelas Diretrizes, Modelo de Excelência da Gestão e desenvolvimento dos sistemas de informática corporativos.

A Copel Geração e Transmissão mantém Comitê de Gerenciamento de Riscos e Seguros Patrimoniais, que tem por objetivos:

- desenvolver e aperfeiçoar estudos para o estabelecimento de política de gerenciamento de riscos e seguros dos ramos elementares da Copel Geração e Transmissão;
- definir junto às áreas pertinentes da Companhia o que deve ser segurado, através de levantamentos, identificação e análise de risco, experiências e histórico de sinistralidade, por tipo e características de bens e equipamentos, de dispêndio de prêmios de seguro no período - utilizando parâmetros auxiliares relacionados a cada tipo de risco para desenvolvimento paralelo com as áreas envolvidas - e de técnicas e inspeções preventivas de detecção de possíveis danos ao patrimônio da Companhia; e
- promover e manter a política adotada.

Com base nas recomendações desse Comitê, e visando atender à legislação vigente sobre seguros e à Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, a Copel contrata apólices de seguros para salvaguardar seus bens e instalações e mantém seguro para reparação por danos involuntários causados a terceiros.

As principais modalidades de seguros adotadas na Copel Geração e Transmissão são: riscos nomeados, incêndio imóveis próprios e locados, responsabilidade civil geral, riscos de engenharia, transporte nacional e internacional e riscos diversos. Outras informações sobre os seguros adotados na Companhia poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 34.

14. GESTÃO

14.1 Referencial estratégico

A Copel Geração e Transmissão segue o referencial estratégico da Controladora, tendo como valores:

- 1) **Transparência** - prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;
- 2) **Ética** - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;
- 3) **Respeito** - consideração com o próximo;
- 4) **Responsabilidade Social e Ambiental** - condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- 5) **Segurança** - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da vida da Companhia.

14.2 Ações

- 1) A Companhia pratica, apóia e advoga a sustentabilidade, reconhecendo-a como único caminho capaz de proporcionar à sociedade, aos agentes relacionados e ao meio ambiente a oportunidade de usufruir como parceiros do crescimento e do desenvolvimento da corporação. Por assim pensar e agir, a Copel Geração e Transmissão tem o compromisso de atuar segundo a visão da sustentabilidade agora e no futuro, fundamentando seu planejamento estratégico nos mesmos princípios.
- 2) Na expansão das atividades e negócios, a empresa venceu o leilão da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para construir e operar a linha de transmissão em 230 kV entre as subestações Bateias e Pilarzinho, nas imediações de Curitiba. Além disso, colocou em operação as novas subestações Santa Mônica 230 kV (Região Metropolitana de Curitiba) e Posto Fiscal 230 kV (em Paranaguá), construídas com o propósito de ampliar a oferta de energia elétrica a dois grandes pólos consumidores do Paraná e conferir maior segurança à operação do sistema elétrico.
- 3) Igualmente, a Copel Geração e Transmissão assumiu a integralidade do controle da Centrais Eólicas do Paraná, empresa que opera cinco aerogeradores em Palmas, região Sul do Paraná, com potência instalada de 2,5 MW. A Companhia, que já detinha 30% de participação no empreendimento, adquiriu os 70% de propriedade da Wobben Windpower.
- 4) Durante o ano de 2007, deu-se prosseguimento às ações destinadas a obter a Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi – empreendimento de 361 MW de potência e orçado em R\$ 991,3 milhões, no qual tem participação de 51% e tem como parceira a Eletrosul, estatal controlada pelo Governo Federal, com 49%. O processo de licenciamento ainda não foi concluído em razão de decisões judiciais ainda não superadas. Marcamos também aprofundamento dos estudos de impacto ambiental do projeto, principalmente no que toca às comunidades indígenas por ele afetadas.

14.3 Tecnologia da Informação

Em 2007, a área de Tecnologia da Informação continuou com a estratégia de alinhar seus sistemas aos processos de negócio da empresa, usando como base para o desenvolvimento de novas soluções a modelagem dos processos de negócio, com o que busca melhoria dos controles e ganhos de qualidade e produtividade.

Para a modelagem dos processos de TI, há utilização dos modelos Control Objectives for Information and Related Technology - COBIT, definidos pelo IT Governance Institute para Governança e IT Infrastructure Library - ITIL, bem como pela Central Computer Telecommunications Agenc - CCTA, para gerenciamento de serviços. Nossa estratégia inclui também adesão à política de informática do governo do Estado, aprimoramento contínuo da segurança e da disponibilidade de serviços e redução de custos.

15. RESPONSABILIDADE SOCIAL

15.1 Programas Corporativos Sociais

15.1.1 Programa de Promoção da Diversidade

Iniciado em agosto/2007, está subdividido em três frentes de trabalho:

- 1) **Gênero e Orientação Sexual:** voltado à apresentação de propostas de melhorias e reconhecimento das mulheres e do grupo GLBTT (Gays Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais

- e Transgêneros);
- 2) **Pessoas com Deficiência** - PcD: interage diretamente com o Grupo de Acessibilidade e é voltado à busca de soluções para adaptação das instalações físicas e da cultura da Companhia no que concerne aos portadores de todas as deficiências; e
- 3) **Raça e Etnia:** voltado às questões referentes à inclusão de pessoas "não-brancas" e de seu tratamento igualitário.

15.2 Incentivos Fiscais

As contribuições levadas a efeito sob os auspícios da Lei Rouanet no exercício de 2007, no total de R\$ 2,3 milhões, foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal.

Ainda dentro do espírito de voluntariado, a Companhia participou e incentivou doação ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA. Em 2007, a Companhia destinou a projetos inscritos no FIA, um total de R\$ 0,7 milhões, utilizando incentivos fiscais.

A Copel Geração e Transmissão transformou esta prática em política. A partir de agora, todos os anos a Companhia potencializará ao máximo a utilização de recursos dedutíveis do FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar, destinando-os a projetos sociais.

15.2.1 Campanhas e Ações de Comunicação

Dirigidos à população do entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) sobre riscos à saúde advindos do contato ou ingestão da água, em face da proliferação de cianobactérias. Informações são veiculadas através de folders, cartazes, comunicados em rádios da região e de faixas nas áreas de acesso ao lago.

15.3 Energia Sustentável

Em 2007, finalizamos a atualização do mapa eólico do Paraná, tendo sido realizados levantamentos do aproveitamento do potencial eólico no Estado, através do Projeto Ventar, que envolve a operação de 11 estações de medição de vento.

Já estão em andamento estudos para possíveis projetos de geração de energia alternativa. A respeito, destacamos aqueles dirigidos para o levantamento da disponibilidade de biomassa no Estado, que consiste na atualização de banco de dados que contém informações sobre a disponibilidade dos diversos tipos de biomassa em todo o Paraná. Com o objetivo de realizar mapeamento do potencial energético da Paraná, já desenvolvemos projeto-piloto na região em torno do município de Tunas do Paraná alterando a metodologia de obtenção das informações dos energéticos. Para 2008, a meta é aplicar o projeto-piloto para todo o Estado. Para tanto, foi formado grupo de trabalho com a participação da Companhia, secretarias de estado, Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - lactec, para avaliar e estudar a implantação de mini-usina de biodiesel para produção de 10 mil litros/dia.

Nesse âmbito, objetivamos também a construção, após já tendo finalizado o primeiro, de mais 4 protótipos de inserção da geração distribuída a biomassa ao sistema da Companhia.

Vale ressaltar também: a) a assinatura de termo de inclusão da Companhia ao convênio de desenvolvimento de veículo elétrico entre Itaipu e a empresa KWO, com o objetivo de avaliação de desempenho, proposição de melhorias e nacionalização dos seus componentes; e b) a tomada de conhecimento dos requisitos necessários para nossa participação em redes de pesquisa de rotas de hidrogênio, já estruturadas e em atividade no Brasil, para, posteriormente, decidirmos sobre a conveniência da participação da Copel Geração e Transmissão em projetos desta natureza.

15.4 BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	2007				2006			
1 - BASE DE CÁLCULO								
NE 25 e 26	Receita Líquida - RL	1.301.554			1.118.812			
	Resultado (ou Lucro) Operacional - RO	762.465			1.170.803			
NE 27-c	Folha de Pagamento Bruta - FPB	93.345			88.759			
	Valor Adicionado Total - VAT	1.157.154			1.580.187			

		% Sobre:			% Sobre:				
		FPB	RL	VAT	FPB	RL	VAT		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS									
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	6.462	6,9	0,5	0,6	5.957	6,7	0,5	0,4
NE 27-c	Encargos sociais compulsórios	22.741	24,4	1,7	2,0	21.444	24,2	1,9	1,3
NE 27-d	Plano previdenciário	(9.894)	(10,6)	(0,8)	(0,9)	8.102	9,1	0,7	0,5
NE 27-d	Saúde (Plano assistencial)	(6.358)	(6,8)	(0,5)	(0,5)	3.207	3,6	0,3	0,2
	Segurança e medicina no trabalho	248	0,3	-	-	257	0,3	-	-
	Educação	285	0,3	-	-	222	0,3	-	-
	Cultura	297	0,3	-	-	159	0,2	-	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	1.123	1,2	0,1	0,1	1.219	1,4	0,1	0,1
	Auxílio creche	50	0,1	-	-	52	0,1	-	-
NE 27-c	Participação nos lucros e/ou resultados	13.431	14,4	1,0	1,2	8.791	9,9	0,8	0,6
(1)	Outros benefícios	2.029	2,1	0,3	0,1	1.703	1,8	0,3	0,1
	Total	30.414	32,6	2,3	2,6	51.113	57,6	4,6	3,2

		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS									
	Educação	124	-	-	-	611	0,1	0,1	-
	Escolas nas Usinas	124	-	-	-	611	0,1	0,1	-
NE 27-k	Cultura (Lei Rouanet)	2.316	0,3	0,2	0,1	5.656	0,4	0,5	0,4
	Saúde e saneamento	661	0,1	0,1	0,1	567	-	0,1	-
	Programa Reassentamento de famílias	661	0,1	0,1	0,1	567	-	0,1	-
	Esporte	-	-	-	-	55	-	-	-
	Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	4	-	-	-
	Outros	2.956	0,4	0,2	0,3	4.151	0,4	0,4	0,4
	Doações diversas	2	-	-	-	5	-	-	-
	Implantação GRI/AA1000	18	-	-	-	-	-	-	-
NE 27-k	Fia - Fundo dos direitos da criança e do adolescente	696	0,1	0,1	0,1	1.346	0,2	0,1	0,2
	Indenização comunidade indígena Apucararinha	2.240	0,3	0,1	0,2	2.800	0,2	0,3	0,2
	Total das contribuições para a sociedade	6.057	0,8	0,5	0,5	11.044	0,9	1,1	0,8
	Tributos (excluídos encargos sociais)	473.291	62,1	36,3	40,9	555.383	47,4	49,6	35,1
	Total	479.348	62,9	36,8	41,4	566.427	48,3	50,7	35,9

		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
4 - INDICADORES AMBIENTAIS									
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	17.491	2,3	1,3	1,5	14.239	1,2	1,2	0,9
NE 26	Progr. Pesquisa e Desenvolvimento	12.995	1,7	1,0	1,1	11.341	1,0	1,0	0,7
	Gestão de resíduos	510	0,1	-	-	455	-	-	-
	Programas de proteção de Fauna e Flora	3.986	0,5	0,3	0,4	2.443	0,2	0,2	0,2
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	55	-	-	-	649	0,1	0,1	-
	Educação Ambiental e Museu Reg. Iguaçu	55	-	-	-	649	0,1	0,1	-
	Total	17.546	2,3	1,3	1,5	14.888	1,3	1,3	0,9

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() não possui metas
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%
	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
	(X) cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 76 a 100%

NE - Nota Explicativa

	1.510			975			
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
Empregados no final do período							
	Escolaridade dos empregados(as):						
	Total Superior e extensão universitária	718	532	186	464	341	123
	Total 2º Grau	741	653	48	471	411	60
	Total 1º Grau	51	48	3	40	38	2
	Faixa etária dos empregados(as):						
	Abaixo de 30 anos	264			158		
	De 30 até 45 anos (exclusive)	624			460		
	Acima de 45 anos	622			357		
	Admissões durante o período	109			116		
	Mulheres que trabalham na empresa	277			185		
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres	5,1			7,6		
	em relação ao nº total de gerentes	13,3			16,7		
	Negros(as) que trabalham na empresa	110			57		
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)	0,9			-		
	em relação ao nº total de gerentes	1,0			8		
	Portadores(as) de necessidades especiais	12			8		
	Dependentes	3.606			1.755		
	Estagiários(as)	55			42		
	Terceirizados	590			590		

	2007	Metas 2008
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27	27
Número total de Acidentes de Trabalho	22	-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as)+Cipa	todos(as)+Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT todos(as) empregados(as) todos(as) empregados(as)	incentiva e segue a OIT todos(as) empregados(as) todos(as) empregados(as)
A previdência privada contempla:		
A participação dos lucros ou resultados contempla:		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos	serão sugeridos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

	2007	2006
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	NA	NA
no Procon	NA	NA
na Justiça	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	NA	NA
no Procon	NA	NA
na Justiça	NA	NA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 (Valores expressos em milhares de reais)					
	NE nº		2007	2006	
RECEITA OPERACIONAL	25		1.502.309	1.303.352	
Fornecimento de energia elétrica			164.935	133.822	
Suprimento de energia elétrica			1.275.979	1.161.336	
Disponibilização da rede elétrica			18.122	-	
Outras receitas operacionais			43.273	8.194	
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	26		(200.755)	(184.540)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			1.301.554	1.118.812	
CUSTOS OPERACIONAIS	27				
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda			(59.855)	(69.324)	
Encargos de uso da rede elétrica			(185.030)	(187.154)	
			(244.885)	(256.478)	
Custo de operação					
Pessoal			(72.191)	(66.105)	
Planos previdenciário e assistencial			11.911	(5.327)	
Material			(7.920)	(7.325)	
Matéria-prima e insumos para produção de energia			10.673	270.461	
Serviços de terceiros			(34.476)	(36.803)	
Depreciação e amortização			(104.469)	(101.331)	
Recuperação de despesas			25.067	18.047	
Outros custos de operação			(5.327)	(2.928)	
			(176.732)	68.689	
Custo do serviço prestado a terceiros					
Pessoal			(2.716)	-	
Planos previdenciário e assistencial			(226)	-	
Material			(277)	-	
Serviços de terceiros			(838)	-	
Outros custos do serviço prestado a terceiros			(17)	-	
			(4.074)	-	
			(425.691)	(187.789)	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO			875.863	931.023	
DESPESAS OPERACIONAIS	27				
Despesas com vendas			(13.834)	(13.355)	
Despesas gerais e administrativas			(49.766)	(63.855)	
Outras despesas operacionais			(80.399)	(13.275)	
			(143.999)	(90.485)	
RESULTADO DO SERVIÇO			731.864	840.538	
RESULTADO FINANCEIRO	28				
Receitas financeiras			82.089	395.132	
Despesas financeiras			(51.637)	(64.867)	
			30.452	330.265	
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA			148	-	
LUCRO OPERACIONAL			762.464	1.170.803	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	29		(29.805)	(319)	
LUCRO ANTES IMPOSTO DE RENDA E CONT.SOCIAL			732.659	1.170.484	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31				
Imposto de renda e contribuição social			(182.575)	(321.734)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(7.633)	1.442	
			(190.208)	(320.292)	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO			542.451	850.192	
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$			184,0678	363,4958	

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (Valores expressos em milhares de reais)					
--	--	--	--	--	--

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2005	2.338.932	23.856	105.616	-	2.468.404
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(33.620)	(33.620)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	850.192	850.192
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	40.829	-	(40.829)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(188.832)	(188.832)
Dividendos	-	-	-	(586.911)	(586.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	2.338.932	64.685	105.616	-	2.509.233
Aumento de capital social	608.086	-	-	-	608.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	542.451	542.451
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	27.123	-	(27.123)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(163.222)	(163.222)
Dividendos	-	-	-	(352.106)	(352.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	2.947.018	91.808	105.616	-	3.144.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (Valores expressos em milhares de reais)					
--	--	--	--	--	--

	2007	2006
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	542.451	850.192
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	106.033	103.088
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	4.543	(40.163)
Equivalência patrimonial	(148)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.674)	9.953
Parcela de ajustes de encargos da rede	(761)	-
Provisões (reversões) no passivo não circulante	9.391	(4.110)
Baixas de realizáveis a longo prazo	7.375	-
Baixas de investimentos	2.237	-
Baixas de imobilizado - líquidas	28.546	235
Baixas de intangível - líquidas	3	42
	154.545	69.045
	696.996	919.237

continuação

	2007	2006
continuação		
Dos acionistas		
Efeito líquido da incorporação parcial da Copel Transmissão S.A.	4.206	-
Total dos acionistas	4.206	-
De terceiros		
Fornecedores - repactuação Petrobrás (reclassificação do circulante)	-	176.344
Outras contas a pagar	-	8.960
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Consumidores e revendedores	26.902	119.132
Impostos e contribuições sociais	137	335
Coligadas e controladora	380.553	-
Outros créditos	3.417	233
	411.009	305.004
TOTAL DAS ORIGENS	1.112.211	1.224.241

	2007	2006
APLICAÇÕES		
Na distribuição de dividendos	515.328	775.743
No imobilizado	19.712	41.925
No intangível	1	166
No realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	6.430	-
Impostos e contribuições sociais	543	157
Depósitos judiciais	480	3.112
Coligadas e controladora	-	300.459
	7.453	303.728
Nos investimentos	8.593	-
Passivos não circulantes transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	46.587	47.818
Benefícios pós-emprego	14.666	24.120
Contingências judiciais	8.501	1.227
	69.754	73.165
No aumento do capital circulante líquido	491.370	29.514
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.112.211	1.224.241
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante inicial (*)	760.513	859.381
Passivo circulante inicial (*)	935.288	1.063.670
Capital circulante líquido inicial	(174.775)	(204.289)
Ativo circulante final	1.177.056	760.513
Passivo circulante final	860.461	935.288
Capital circulante líquido final	316.595	(174.775)
Aumento do capital circulante líquido	491.370	29.514

(*) Após ajustes de exercícios anteriores - para a coluna 2006

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Copel Geração S.A. alterou sua denominação para Copel Geração e Transmissão S.A., pela incorporação em 30.11.2007 de parte da Copel Transmissão S.A. (NE nº 2), e uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Explora o serviço de geração e transmissão de energia elétrica, através de 17 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica, relacionadas a seguir, totalizando 4.549,61 MW de capacidade instalada, e o serviço de transmissão, através de 30 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV e 1.787 Km de linhas de transmissão pertencentes principalmente à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, deste total, 1.650 Km com vencimento da concessão em julho de 2015 e 137 Km em agosto de 2031, todas localizadas no Estado do Paraná.

Usinas	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW médio)	Data da concessão da Aneel	Data de vencimento da concessão
Hidrelétricas					
Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia)	Iguaçu	1.676,00	576,00	24.05.1973	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Iguaçu	1.260,00	603,00	14.11.1979	15.11.2009
Gov. José Richa (Caxias)	Iguaçu	1.240,00	605,00	02.05.1980	04.05.2010
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	Capivari-Cachoera	260,00	109,00	23.04.1965	07.07.2015
Guaricana	Arraial	36,00	13,60	13.08.1976	16.08.2026
Chaminé	São João	18,00	11,60	13.08.1976	16.08.2026
Apucarainha	Apucarainha	10,00	6,71	13.10.1975	12.10.2025
Mourão	Mourão	8,20	5,30	20.01.1964	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	Jordão	6,50	5,85	14.11.1979	15.11.2009
Marumbi ^(a)	Ipiranga	4,80	3,94	-	-
São Jorge	Pitangui/Tibagi	2,30	1,62	04.12.1974	03.12.2024
Chopim I	Chopim	1,98	1,27	20.03.1964	07.07.2015
Rio dos Patos	Rio dos Patos/Ivaí	1,72	1,13	14.02.1984	14.02.2014
Cavernoso	Cavernoso/Iguaçu	1,30	0,86	07.01.1981	07.01.2011
Salto do Vau ^(b)	Palmital	0,94	0,60	27.01.1954	-
Pitangui ^(b)	Pitangui	0,87	0,57	05.12.1954	-
Melissa ^(b)	Melissa	1,00	0,57	08.10.1993	-
Termelétrica					
Figueira		20,00	14,00	21.03.1969	26.03.2019
Total		4.549,61	1.960,62		

^(a) Em processo de homologação na Aneel.

^(b) Usinas com capacidade inferior a 1 MW é efetuado apenas registro na Aneel.

A prorrogação da concessão das usinas de Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo), Governador José Richa (Caxias) e Derivação do Rio Jordão, já foram solicitadas à Aneel.

A Copel Geração e Transmissão participa dos seguintes empreendimentos:

- Centrais Eólicas do Paraná** - controlada pela Companhia a partir de 06.09.2007, constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial de uma usina eólica de 2,5 MW, na região de Palmas, Estado do Paraná (NE nº 13).
- Consórcio Energético Cruzeiro do Sul** - produtor independente, formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 28.11.2006, através do Leilão de Contratação de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos, conquistou o direito de exploração da concessão para implantação da usina hidrelétrica de Mauá que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos (NE nº 13).

2 Incorporação

Em cumprimento à legislação do setor elétrico brasileiro e aprovação da operação pelo poder concedente através da Resolução Autorizativa nº 1.120/2007 de 27 de novembro de 2007, em 30 de novembro de 2007 ocorreu a cisão da Copel Transmissão S.A., tendo os ativos de tensão igual a 69 kV e 138 kV sido transferidos para a Copel Distribuição S.A. e

aqueles de tensão igual ou superior a 230 kV para a Copel Geração S.A., que alterou sua denominação para Copel Geração e Transmissão S.A..

A data base da operação ocorreu em 31 de outubro de 2007, sendo aprovado em assembleia de acionistas conforme 8º AGE de 30 de novembro de 2007.

Essa reorganização societária atende exigências legais, é parte do processo de implantação das melhores práticas de governança corporativa no grupo Copel. Visa a simplificação da estrutura acionária do grupo e a redução de custos, o que propicia racionalização de recursos e benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira mediante corte de despesas operacionais combinadas.

A posição patrimonial pré e pós-operação está demonstrada a seguir:

	Saldo 30.11.2007 Antes da Incorporação	Saldo Incorporado conforme:		Saldo Após a Incorporação
		Laudo em 30/11/07	Ajustes Copel GET x DIS em 31/12/07	
ATIVO	3.904.608	839.278	(246)	4.743.640
Ativo Circulante	1.060.367	113.786	(285)	1.173.868
Ativo Não Circulante	2.844.241	725.492	39	3.569.772
Realizável a Longo Prazo	82.288	55.944	(25)	138.207
Investimentos	9.680	477	(230)	9.927
Imobilizado	2.751.576	659.134	294	3.411.004
Intangível	697	9.937	-	10.634
PASSIVO	3.904.608	839.278	(246)	4.743.640
Passivo Circulante	434.506	109.304	(9)	543.801
Passivo Não Circulante	602.349	121.651	-	724.000
Patrimônio Líquido	2.867.753	608.323	(237)	3.475.839

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria da Controladora realizada em 10.03.2008

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações do Comitê de Valores Mobiliários - CVM.

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31.12.2006 foram efetuadas algumas reclassificações para permitir aos usuários a comparação com o exercício atual. As principais reclassificações são as seguintes:

Conta original:	Conta de reclassificação:	
Ativo circulante	Ativo circulante	12.916
Consumidores e revendedores	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.916
Passivo Circulante	Passivo Circulante	2.795
Taxas regulamentares	Outras contas a pagar	9.887
Outras contas a pagar	Encargos do consumidor a recolher	2.795
Outras despesas operacionais (a)	Deduções da receita operacional	

4) Obrigações especiais

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do referido manual, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizados em instalações do sistema elétrico, são registradas nos livros em subgrupo específico do passivo exigível a longo prazo e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

5) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro. As taxas anuais de amortização estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05.12.2006.

6) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

7) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

É um programa de investimento em pesquisa e desenvolvimento exigido pela Aneel para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida. A destinação dos recursos está dividida em aplicação em projetos homologados pela Aneel e em recolhimentos ao FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME.

5 Disponibilidades

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração%		
				2007	2006
Caixa e bancos	-	-	-	83.433	18.845
Aplicações financeiras					
Banco do Brasil	CDB DI	25.04.08	100,03	18.884	21.422
Banco do Brasil	CDB DI	11.05.08	100,03	20.700	18.511
Banco do Brasil	CDB DI	19.06.08	100,00	-	6.279
Banco do Brasil	CDB DI	05.07.08	100,03	7.152	-
Banco do Brasil	CDB DI	18.07.08	100,00	-	14.834
Banco do Brasil	CDB DI	21.07.08	100,03	2.365	2.115
Banco do Brasil	CDB DI	14.08.08	100,03	6.920	6.188
Banco do Brasil	CDB DI	15.08.08	100,10	7.034	6.289
Banco do Brasil	CDB DI	18.08.08	100,05	13.638	12.572
Banco do Brasil	CDB DI	25.08.08	100,10	4.674	4.180
Banco do Brasil	CDB DI	27.08.08	100,10	23.348	20.877
Banco do Brasil	CDB DI	28.08.08	100,10	44.338	39.645
Banco do Brasil	CDB DI	04.09.08	100,05	34.065	-
Banco do Brasil	CDB DI	10.09.08	100,00	414	6.231
Banco do Brasil	CDB DI	11.09.08	100,00	2.642	-
Banco do Brasil	CDB DI	15.09.08	100,00	5.794	-
Banco do Brasil	CDB DI	17.09.08	100,00	811	-
Banco do Brasil	CDB DI	18.09.08	100,00	20.843	18.639
Banco do Brasil	CDB DI	26.09.08	100,10	32.325	28.904
Banco do Brasil	CDB DI	02.10.08	100,00	9.214	8.239
Banco do Brasil	CDB DI	06.10.08	100,10	5.748	3.083
Banco do Brasil	CDB DI	15.10.08	100,00	6.307	5.640
Banco do Brasil	CDB DI	06.11.08	100,00	7.402	-
Banco do Brasil	CDB DI	18.12.08	100,00	8.204	16.055
Banco do Brasil	CDB DI	02.02.09	100,00	5.524	-
Banco do Brasil	CDB DI	05.02.09	100,00	1.654	-
Banco do Brasil	CDB DI	13.02.09	100,00	1.651	-
Banco do Brasil	CDB DI	16.02.09	100,00	2.169	-
Banco do Brasil	CDB DI	12.03.09	100,10	15.287	-
Banco do Brasil	CDB DI	16.03.09	100,00	5.451	-
Banco do Brasil	CDB DI	16.03.09	100,10	4.364	-
Banco do Brasil	CDB DI	18.03.09	100,00	10.898	-
Banco do Brasil	CDB DI	23.03.09	100,00	3.261	-
Banco do Brasil	CDB DI	27.03.09	100,10	8.689	-
Banco do Brasil	CDB DI	23.04.09	100,00	4.307	-
Banco do Brasil	CDB DI	29.04.09	100,05	5.376	-
Banco do Brasil	CDB DI	06.05.09	100,00	5.363	-
Banco do Brasil	CDB DI	07.05.09	100,00	3.217	-
Banco do Brasil	CDB DI	08.05.09	100,00	6.432	-
Banco do Brasil	CDB DI	14.05.09	100,00	3.958	-
Banco do Brasil	CDB DI	15.05.09	100,00	6.953	-
Banco do Brasil	CDB DI	18.05.09	100,00	7.484	-
Banco do Brasil	CDB DI	22.05.09	100,10	5.865	-
Banco do Brasil	CDB DI	25.05.09	100,00	8.506	-
Banco do Brasil	CDB DI	27.05.09	100,00	4.261	-
Banco do Brasil	CDB DI	28.05.09	100,05	8.521	-
Banco do Brasil	CDB DI	08.06.09	100,00	826	-
Banco do Brasil	CDB DI	26.06.09	100,10	5.276	-
Banco do Brasil	CDB DI	06.07.09	100,00	4.211	-
Banco do Brasil	CDB DI	13.07.09	100,00	2.098	-
Banco do Brasil	CDB DI	16.07.09	100,05	22.028	-
Banco do Brasil	CDB DI	17.08.09	100,00	4.587	-
Banco do Brasil	CDB DI	17.08.09	100,05	14.551	-
Banco do Brasil	CDB DI	27.08.09	100,05	4.143	-
Banco do Brasil	CDB DI	28.08.09	100,05	15.530	-
Banco do Brasil	CDB DI	18.09.09	100,00	11.834	-
Banco do Brasil	CDB DI	25.09.09	100,10	7.187	-
Banco do Brasil	CDB DI	28.09.09	100,10	15.399	-
Banco do Brasil	CDB DI	14.10.09	100,00	3.063	-
Banco do Brasil	CDB DI	01.09.11	100,00	-	1.239
Banco do Brasil	ICMS DI	21.03.12	100,00	564	-
Banco do Brasil	CDB DI	14.07.12	100,00	14.587	-
Banco do Brasil	CDB DI	15.08.12	100,00	12.381	-
Banco do Brasil	CDB DI	10.09.12	100,00	1.741	-
Caixa Econômica Federal	CDB DI	11.01.07	99,00	-	3.900
Caixa Econômica Federal	CDB DI	08.06.07	99,00	-	4.988
Caixa Econômica Federal	CDB DI	14.06.07	99,00	-	6.614
Caixa Econômica Federal	CDB DI	28.07.07	99,00	-	20.430
Caixa Econômica Federal	CDB DI	10.08.07	99,00	-	6.389
Caixa Econômica Federal	CDB DI	05.09.07	99,50	-	38.223
Caixa Econômica Federal	CDB DI	14.09.07	99,50	-	3.144
Caixa Econômica Federal	CDB DI	10.10.07	99,50	-	11.990
Caixa Econômica Federal	CDB DI	25.10.07	99,50	-	13.875
Caixa Econômica Federal	CDB DI	26.10.07	99,50	-	6.162
Caixa Econômica Federal	CDB DI	14.11.07	99,50	-	15.269
Caixa Econômica Federal	CDB DI	16.11.07	99,00	-	25.920
Caixa Econômica Federal	CDB DI	15.04.09	99,50	15.118	-
Caixa Econômica Federal	CDB DI	17.04.09	99,50	12.946	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	27.11.07	99,60	-	4.654
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	19.12.07	99,60	-	11.569
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	21.12.07	99,50	-	6.013
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	21.12.07	99,60	-	2.786
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	04.01.08	99,60	10.366	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15.01.08	99,60	-	5.764
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	16.01.08	99,60	-	6.798
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	07.03.08	99,60	9.440	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	03.04.08	99,60	8.717	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	16.04.08	99,60	4.952	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	29.10.08	99,50	2.588	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	11.11.08	99,50	3.429	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	14.11.08	99,50	4.090	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17.11.08	99,50	-	4.059
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	18.11.08	99,50	-	2.536
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	19.11.08	99,50	-	4.079
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	28.11.08	99,50	-	10.103
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15.12.08	99,50	-	1.414
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17.12.08	99,50	14.895	35.610
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	04.11.09	99,50	5.106	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	12.11.09	99,50	8.461	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	13.11.09	99,50	9.672	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	25.11.09	99,50	10.662	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	08.12.09	99,50	11.132	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	09.12.09	99,50	16.189	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15.12.09	99,50	17.527	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	16.12.09	99,50	12.181	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	14.01.10	99,50	3.004	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15.01.10	99,50	6.226	-
Caixa Econômica Federal	Cotas	09.10.12	-	51.039	-
				789.759	538.510
				873.192	557.355

As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras estatais, prevalecendo os papéis de renda fixa lastreados em títulos públicos federais, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que apresentou a taxa média anual em 2007 de 11,77% e em 2006 de 14,97%. Estas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos.

6 Consumidores e Revendedores

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Venc. há mais de 90 dias	2007	2006
Consumidores					
Industrial	17.964	-	986	18.950	14.876
Parcelamento de débitos vencidos	1.213	83	1.434	-	-
	19.177	83	1.124	20.384	14.876
Revendedores					
Suprimento de energia elétrica					
Leilão de energia	95.296	-	-	95.296	83.772
Contratos bilaterais	48.035	-	-	48.035	51.259
Suprimento - CCEE (NE nº 30)	2.019	-	-	2.019	1.083
Ressarcimento de geradores	1.492	-	-	1.492	10.854
Ressarcimento de geradores - NC	12.004	-	-	12.004	27.109
Suprimento curto prazo	-	-	101	101	113
	158.846	-	101	158.947	174.190
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede básica	32.693	3	189	32.885	-
Rede básica - NC	5.992	-	-	5.992	-
Rede de conexão	1.056	-	-	1.056	-
	39.741	3	189	39.933	-
Circulante	199.768	86	1.414	201.268	161.957
Não Circulante - NC	17.996	-	-	17.996	27.109

Direito de ressarcimento de geradores

O direito de ressarcimento de geradores refere-se aos valores de energia livre, comercializada no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual CCEE, durante a vigência do programa emergencial do consumo de energia elétrica, no período de 01.06.2001 a 28.02.2002, e que não estava prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais. Para compensar parte das perdas do racionamento para as empresas, a Aneel implantou a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. Tal medida estabelece procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com aplicação de percentual sobre a arrecadação da RTE.

Por determinação da Aneel, foi reconhecido como perda o valor de R\$ 14.169, considerando o saldo a amortizar das distribuidoras cujo prazo encontra-se expirado em dezembro de 2007 (NE nº 27.k).

Depois de efetuados os registros contábeis pertinentes, a PCLD referente a este direito de ressarcimento apresenta saldo de R\$ 11.469 (NE nº 7).

Os saldos referentes ao ressarcimento de geradores, já líquidos das perdas, estão detalhados a seguir:

	2007	2006
Distribuidoras		
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	4.981	6.571
LIGHT - Serviços de Eletricidade S. A.	3.244	4.735
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	1.151	1.885
Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj	1.014	1.669
Companhia Energética do Ceará - Coelce	865	1.203
Companhia Energética de Pernambuco - Celpe	677	1.281
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern	607	731
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	-	4.639
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo - Eletropaulo	-	4.595
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL	-	3.223
Empresa Bandeirante de Energia S. A. - EBE	-	1.616
Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. - Escelsa	-	1.292
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	1.033
Outras	957	3.490
	13.496	37.963
Circulante	1.492	10.854
Não circulante	12.004	27.109

7 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Após análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Adições/(reversões)	Baixas	
Consumidores e revendedores			2007
Industrial	986	-	986
Concessionárias e permissionárias	11.930	(11.829)	101
Concessionárias e permissionárias - NC (NE nº 6)	-	11.469	- 11.469
	12.916	(360)	12.556
Circulante	12.916	(11.829)	1.087
Não Circulante - NC	-	11.469	11.469

8 Impostos e Contribuições Sociais</

14 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2007	2006
Em serviço				
Terrenos	81.331	-	81.331	77.606
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.543.430	(990.718)	1.552.712	1.601.971
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	487.977	(239.565)	248.412	223.037
Máquinas e Equipamentos	2.035.653	(692.980)	1.342.673	812.460
Veículos	18.259	(11.675)	6.584	2.255
Móveis e Utensílios	5.006	(2.753)	2.253	1.129
	5.171.656	(1.937.691)	3.233.965	2.718.458
Em curso				
Terrenos	19.810	-	19.810	20.153
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	1.890	-	1.890	1.890
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	7.105	-	7.105	5.012
Máquinas e Equipamentos	71.951	-	71.951	38.420
Veículos	192	-	192	-
Móveis e Utensílios	73	-	73	36
A Ratear	34.714	-	34.714	34.191
Estudos de Projetos	11.795	-	11.795	38.653
Material em Depósito	12.122	-	12.122	13
Compras em andamento	1	-	1	-
Adiantamento a Fornecedores	2.524	-	2.524	507
Depósitos Judiciais	110.187	-	110.187	5.593
	272.364	-	272.364	144.468
Obrigações especiais (a)	(4.925)	-	(4.925)	-
	5.439.095	(1.937.691)	3.501.404	2.862.926

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados principalmente na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O montante de ativo imobilizado em serviço e totalmente depreciado representa R\$ 101.317, em 31.12.2007, e R\$ 58.086, em 31.12.2006.

a) Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão. As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos dos acionistas. São atualizadas com os mesmos critérios e índices utilizados para corrigir os bens registrados no ativo imobilizado dos agentes. O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão.

Na data do término da concessão, para efeitos do cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com critério a ser definido pela Aneel.

b) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05.12.2006, são:

	%
Geração	
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00
Geradores	3,30
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Equipamento geral	10,00
Transmissão	
Condutor e estrutura do sistema => 69 kV e transformador de força	2,50
Disjuntor	3,00
Equipamento geral	10,00
Administração central	
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0
Móveis e utensílios	10,0
Veículos	20,0

c) Mutação do Imobilizado

Saldos	em serviço	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Em 31 de dezembro de 2005	2.778.628	142.747	-	2.921.375
Programa de investimentos	-	41.925	-	41.925
Imobilizações de obras	42.977	(42.977)	-	-
Quotas de depreciação	(102.912)	-	-	(102.912)
Baixas	(235)	-	-	(235)
Complemento de provisões para contingências	-	2.773	-	2.773
Em 31 de dezembro de 2006	2.718.458	144.468	-	2.862.926
Incorporação parcial da Copel Transmissão S.A.	598.002	61.426	(4.925)	654.503
Programa de investimentos	-	19.712	-	19.712
Imobilizações de obras	23.763	(23.763)	-	-
Quotas de depreciação	(105.817)	-	-	(105.817)
Baixas	(454)	(28.092)	-	(28.546)
Complemento de provisões para contingências	-	98.669	-	98.669
Transferências entre o intangível	13	(56)	-	(43)
Em 31 de dezembro de 2007	3.233.965	272.364	(4.925)	3.501.404

15 Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2007	2006
Em serviço				
Direito de uso de softwares	8.751	(8.064)	687	817
Faixa de servidões	9.027	-	9.027	19
Outros	27	-	27	17
	17.805	(8.064)	9.741	853
Em curso				
Direito de uso de softwares	425	-	425	-
Faixa de servidões	449	-	449	-
	874	-	874	-
	18.679	(8.064)	10.615	853

O montante de intangível em serviço e totalmente depreciado representa R\$ 7.594, em 31.12.2007, e R\$ 368, em 31.12.2006.

Mutação do Intangível

Saldos	em serviço	Intangível em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2005	536	369	905
Programa de investimentos	-	166	166
Capitalizações	535	(535)	-
Quotas de amortização	(176)	-	(176)
Baixas	(42)	-	(42)
Em 31 de dezembro de 2006	853	-	853
Incorporação parcial da Copel Transmissão S.A.	9.064	873	9.937
Programa de investimentos	-	1	1
Capitalizações	56	(56)	-
Quotas de amortização	(216)	-	(216)
Baixas	(3)	-	(3)
Transferências entre o imobilizado	(13)	56	43
Em 31 de dezembro de 2007	9.741	874	10.615

16 Empréstimos e Financiamentos

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos são as seguintes:

	Circulante		Longo prazo		Total	
	Principal	Encargos	Principal	2007	2006	
Moeda estrangeira						
BID (a)	17.623	1.185	43.898	62.706	93.464	
Banco do Brasil S.A. (b)	3.918	165	3.919	8.002	-	
	21.541	1.350	47.817	70.708	93.464	
Moeda nacional						
Eletrobrás (c)	33.592	1.481	232.560	267.633	261.105	
	33.592	1.481	232.560	267.633	261.105	
	55.133	2.831	280.377	338.341	354.569	

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	Variação (%)			
	2007	%	2006	%
Moeda estrangeira				
Cesta de moedas do BID	62.706	18,53	93.464	26,36
Yen	8.002	2,37	-	-
	70.708	20,90	93.464	26,36
Moeda nacional				
Finel	267.633	79,10	261.105	73,64
	267.633	79,10	261.105	73,64
	338.341	100,00	354.569	100,00

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2007	2006
Dólar norte-americano	(17,15)	(8,66)
Yen	(11,78)	(9,47)
Cesta de moedas do BID	3,94	2,09
Finel	1,51	0,76

Vencimentos das parcelas de longo prazo:

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	2007	2006
	Curto prazo	Longo prazo		
2008	-	-	-	47.489
2009	21.477	31.008	52.485	47.489
2010	17.559	31.008	48.567	47.489
2011	8.781	31.008	39.789	37.293
2012	-	31.008	31.008	27.095
2013	-	31.008	31.008	27.095
2014	-	31.008	31.008	27.095
2015	-	31.008	31.008	27.095
2016	-	15.504	15.504	13.544
	47.817	232.560	280.377	301.684

Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	
Em 31 de dezembro de 2005	23.837	98.465	31.120	255.465	408.887
Encargos	4.039	-	22.650	-	26.689
Variação monetária e cambial	(913)	(6.250)	120	1.822	(5.221)
Transferências	20.835	(20.835)	26.983	(26.983)	-
Amortizações	(25.714)	-	(50.072)	-	(75.786)
Em 31 de dezembro de 2006	22.084	71.380	30.801	230.304	354.569
Cisão Copel Transmissão S.A.	4.101	3.978	3.492	26.478	38.049
Encargos	2.978	-	20.750	-	23.728
Variação monetária e cambial	(2.933)	(8.490)	276	3.314	(7.833)
Transferências	19.051	(19.051)	27.536	(27.536)	-
Amortizações	(22.390)	-	(47.782)	-	(70.172)
Em 31 de dezembro de 2007	22.891	47.817	35.073	232.560	338.341

a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o segundo semestre de 2007, foi de 4,16% a.a. O contrato tem as seguintes cláusulas, prevendo rescisão:

- Inadimplemento, por parte do mutuário de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o banco para financiamento para o projeto;
- A retirada ou suspensão, como membro do BID, da República Federativa do Brasil;
- Inadimplemento, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;
- Quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida de longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, for inferior a 1,2; e
- Quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio exceder a 0,9.

Neste contrato foram concedidas fiança do Governo Federal e garantias hipotecária e fiduciária.

b) Banco do Brasil S.A.

A Copel Geração, quando da cisão da Copel Transmissão em 30.11.2007, assumiu a dívida de R\$ R\$ 8.079, oriunda do contrato com recursos em iene, para a subestação isolada a gás de Salto Caxias, amortizáveis em 20 parcelas semestrais, a partir de 07.03.2000, com juros de 2,8% a.a. e comissão de repasse de 3,8% a.a. A garantia é vinculada à receita própria.

c) Eletrobrás

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel para expansão dos sistemas de geração e transmissão. A amortização dos contratos vencendo iniciou em julho de 2001, e o último pagamento está previsto para junho de 2016. O principal e os juros de 5,5% a 6,5% a.a. são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel. A garantia é representada pela receita própria. Houve acréscimo de R\$ 29.970 devido a incorporação dos saldos da Copel Transmissão, referente ao contrato ECF 1293/94, quando da cisão ocorrida em 30.11.2007.

17 Fornecedores

	2007	2006
Encargos de uso da rede elétrica		
Rede básica e conexão	19.518	19.999
Sistema de distribuição	452	452
	19.970	20.451
Fornecedores de energia elétrica		
Dona Francisca Energética S.A.	4.567	4.413
Concessionárias - CCEE (INE nº 30)	787	-
Outros concessionários	96	96
Administracion Nac. de Eletr. - Ande (Paraguai)	-	1.341
	5.450	5.850
Materiais e serviços		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - NC	190.394	170.183
Cia. Paranaense de Gás - Compagas - NC	21.239	18.911
Outros fornecedores	17.375	20.507
Outros fornecedores - NC	-	889
	229.008	210.490
	254.428	236.791
	42.795	46.808
	211.633	189.983

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 06.03.2006, foi assinado acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Companhia, tendo a Copel como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas junto à Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

Em 30.05.2006, a Copel Geração assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretroatável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Copel, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.

Os impactos contábeis no resultado de 31.12.2006 decorrentes dessa negociação foram os seguintes:

	2006	
Custo - matéria prima e insumos p/ produção de energia (estorno)	298.115	283.198
Receita financeira - descontos obtidos	-	72.731
Despesa Financeira - multas contratuais (estorno)	-	3.844
Efeito tributário	(232.706)	-
Efeito líquido no resultado	421.338	

18 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2007	2006
Folha de pagamento		
Participações nos lucros e/ou resultados de 2007 (NE nº 27.c)	13.441	8.942
Tributos e contribuições sociais	5.425	

Em atendimento à Deliberação CVM nº 489/05, o montante das causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Copel Geração e Transmissão em 31.12.2007, totalizaram R\$ 38.201, distribuídas em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 8.311; cíveis R\$ 22.441; e tributárias R\$ 7.449.

a) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Também incluem ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel e causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia.

b) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. O principal processo em andamento no valor de R\$ 2.077 refere-se à multa aplicada pela Aneel, por atraso em obra de transmissão, tendo como probabilidade de perda provável no despacho do processo.

c) Cíveis e direito administrativo

Ações pleiteando indenização por danos e acidentes com veículos, pedidos de inclusão no programa de reassentamento e discussões em procedimentos de licitação.

d) Serviços de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial é constituído principalmente pelas ações de desapropriações, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias em função de preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública.

Ivái Engenharia de Obras S.A.

Em ação de cobrança proposta pela empresa Ivai Engenharia de Obras S.A., a Companhia foi condenada a pagar a quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato D-01, que tinha por objeto a execução de obras de derivação do rio Jordão, no valor de R\$ 180.917. A Companhia recorreu e obteve sucesso parcial com a rejeição da cumulação da taxa Selic com os juros moratórios e continuará a discutir judicialmente a exigência, valendo-se dos recursos que o processo lhe assegura. Levando em conta a avaliação da Diretoria Jurídica, que considera a probabilidade de perda no valor de R\$ 101.904, o mesmo foi contabilizado em Provisões para Contingências Patrimoniais.

e) Tributárias

1) Imposto sobre serviços - ISS

As principais discussões referem-se a autuações fiscais lavradas em face da Companhia, por conta da eventual ausência de retenção do ISS na qualidade de tomadora do serviço contratado junto a terceiros.

2) Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU

A Companhia discute administrativamente e judicialmente a incidência de IPTU sobre seus bens vinculados à concessão, ao argumento de que são imunes a impostos. Adicionalmente tem obtido sucesso em algumas execuções fiscais movidas pelos municípios do Estado do Paraná contra a Companhia.

3) Imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR

As discussões de ITR envolvem, basicamente, o questionamento da incidência deste tributo sobre as áreas alagadas decorrentes da construção de usinas hidrelétricas, bem como sobre as áreas atualmente de posse de assentados por força de programas de reassentamento, também decorrentes de construção de usinas hidrelétricas.

24 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 representa R\$ 2.947.018, composto por 2.947.018 mil ações, todas ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas.

b) Reservas de lucros

	2007	2006
Reserva legal	91.808	64.685
Reserva para investimentos	105.616	105.616
	197.424	170.301

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de aplicações de recursos no ativo permanente da Companhia, conforme o artigo nº 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

A proposta de distribuição de dividendos é como segue:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	542.451	64.685
Efeitos fiscais pela opção de juros sobre o capital próprio	(55.495)	-
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	542.451	64.685
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(27.123)	-
Base de cálculo para dividendos mínimos	515.328	64.685
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	154.598	19.405
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	24.483	-
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	179.081	19.405
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	-	-
Remuneração do capital próprio apropriada	163.222	19.405
Distribuição de dividendos	352.106	19.405

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras e, para efeitos das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício.

No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

25 Receita Operacional

	2007	2006
Fornecimento de energia elétrica		
Industrial	164.935	133.822
	164.935	133.822
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado – CCEAR (leilão)	796.128	698.836
Contratos bilaterais	427.814	455.390
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	39.451	7.110
Contratos com pequenas concessionárias	12.586	-
	1.275.979	1.161.336
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede básica - tarifa de uso do sistema de transmissão - Tust	15.452	-
Rede de conexão	1.052	-
Parcela de ajustes de encargos da rede	1.618	-
	18.122	-
Outras receitas operacionais		
Renda da prestação de serviços	42.801	7.742
Arrendamentos e aluguéis	246	264
Outras receitas	226	188
	43.273	8.194
	1.502.309	1.303.352

Rede básica – tarifa de uso do sistema de transmissão - Tust

As concessionárias de transmissão têm direito a Receita Anual Permitida (RAP), cujo valor inicial e critérios de reajuste são estipulados no Contrato de Concessão. A Copel Geração e Transmissão é detentora de dois contratos de concessão que possuem estruturas diferentes de formação de receita.

O contrato de concessão nº 060/2001 regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para as instalações denominadas rede básica existente – RBSE, nas resoluções posteriores expedidas pela Aneel autorizando novas instalações e reforços na rede básica denominadas RBNi, e para as instalações de conexões e demais instalações de transmissão denominadas RPC. Esta concessão tem o prazo de 20 anos a contar da data de publicação da Lei nº 9.074/1995, encerrando-se em 07.07.2015. O presente contrato possui cláusula de revisão tarifária, porém as receitas RBSE e RPC são blindadas, ou seja, não sofrem alteração até o final da concessão.

O Contrato de Concessão nº 075/2001 que regula a concessão do serviço público de

transmissão de energia elétrica, outorgada à transmissora por Decreto em 07.08.2001, consiste na implantação da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação Bateias, no município de Campo Largo, e término na subestação Jaguariaíva, suas respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias à operação da linha. O prazo da concessão é de 30 anos contados a partir da assinatura do contrato, ou seja, finda em 17.08.2031, podendo ser prorrogado por igual período. Este contrato não possui cláusula de revisão tarifária.

Pelo fato dos investimentos em ativos de transmissão requererem grandes inversões de capital, possuem um prazo de concessão em torno de 30 anos e normalmente seus financiamentos serem amortizados nos primeiros 15 anos, ao calcular a receita anual permitida para um empreendimento, a Aneel normalmente utiliza o perfil em degrau, ou seja, a receita do décimo sexto ano até o final do prazo de concessão é exatamente a metade da receita do décimo quinto ano. Estas receitas são reajustadas anualmente no mês de julho pelo IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

Conforme constam nos contratos de concessão da Copel Geração e Transmissão acima descritos, observamos a seguinte estrutura de formação das receitas ao longo do período de concessão, bem como seus critérios de redução:

Receita em 2007					
Contrato	Tipo	Copel Transmissão	Copel Geração e Transmissão	Total	Crítério de redução
	RBSE	52.059	5.292	57.351	Receita blindada. Não sofre redução até o final da concessão, em 07.07.2015.
060/01	RBNi	91.523	10.908	102.431	Receita revista na revisão tarifária. Redução de 50% da RAP após o 15º ano da entrada em operação de cada ativo.
	RPC	234.963	1.052	236.015	Este item do contrato foi extinto com a cisão total da Copel Transmissão. Em seu lugar, foi firmado um novo contrato de conexão no valor anual de R\$ 12.430, a ser homologado pela Aneel.
075/01	RAP	9.208	870	10.078	Não sofre revisão tarifária, porém há redução de 50% a partir de 17.08.2016. Final da concessão em 17.08.2031.
	Outras receitas	3.238	-	3.238	Não há critérios de redução
	Total	390.991	18.122	409.113	

26 Deduções da Receita Operacional

	2007	2006
Tributos sobre a receita		
Cofins	89.842	90.891
ICMS	43.091	30.539
Pasep	19.506	19.763
ISSQN	1.071	383
	153.510	141.576

Encargos do consumidor		
Reserva global de reversão - RGR	34.130	31.623
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.995	11.341
Conta de desenvolvimento energético - CDE	57	-
Conta de consumo de combustível - CCC	51	-
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfra	12	-
	47.245	42.964
	200.755	184.540

Pesquisa e desenvolvimento

	2007	2006
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	5.198	4.536
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	5.198	4.537
Ministério de Minas e Energia - MME	2.599	2.268
	12.995	11.341

27 Custos e Despesas Operacionais

As composições dos custos e despesas em 2007 e 2006 são as seguintes:

	2007	2006			
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total
Energia elétrica comprada para revenda (a)	59.855	-	-	-	59.855
Encargos de uso da rede elétrica (b)	185.030	-	-	-	185.030
Pessoal (c)	74.907	-	36.837	-	111.744
Planos previdenciário e assistencial (d)	(11.685)	-	(4.994)	-	(16.679)
Material (e)	8.197	-	504	-	8.701
Matéria-prima e insumos produção energia (f)	(10.673)	-	-	-	(10.673)
Serviços de terceiros (g)	35.314	-	12.811	-	48.125
Depreciação e amortização	104.469	-	1.564	-	106.033
Taxas regulamentares (h)	-	-	-	74.844	74.844
Provisões e reversões (i)	-	(335)	-	2.544	2.209
Recuperação de custos e despesas (j)	(25.067)	-	(281)	-	(25.348)
Outros custos e despesas (k)	5.344	14.169	3.325	3.011	25.849
	425.691	13.834	49.766	80.399	569.690

	2006	2006			
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total
Energia elétrica comprada para revenda (a)	69.324	-	-	-	69.324
Encargos de uso da rede elétrica (b)	187.154	-	-	-	187.154
Pessoal (c)	66.105	-	35.804	-	101.909
Planos previdenciário e assistencial (d)	(5.327)	-	(5.496)	-	(10.823)
Material (e)	7.325	-	1.256	-	8.581
Matéria-prima e insumos produção energia (f)	(270.461)	-	-	-	(270.461)
Serviços de terceiros (g)	36.803	-	15.001	-	51.804
Depreciação e amortização	101.331	-	1.757	-	103.088
Taxas regulamentares (h)	-	-	-	43.260	43.260
Provisões e reversões (i)	-	13.355	-	(36.992)	(23.637)
Recuperação de custos e despesas (j)	(18.047)	-	(702)	-	(18.749)
Outros custos e despesas (k)	2.928	-	5.243	7.007	15.178
	187.789	13.355	63.855	13.275	278.274

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2007	2006
Dona Francisca Energética S.A.	51.536	49.638
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.638	14.044
Administracion Nacional de Electricidad - ANDE	3.681	5.642
	59.855	69.324

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

	2007	2006
Furnas Centrais Elétricas S.A	30.361	31.669
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	20.579	19.696
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	21.248	19.682
Copel Transmissão S.A.	16.748	18.194
Eletrosul Centrais Elétricas S/A	14.672	14.100
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	13.957	13.177
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	7.053	7.507
Copel Distribuição S.A.	5.088	7.478
Novatrans Energia S/A	6.564	6.536
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	6.714	6.420
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A	6.425	5.985
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A - CEEE	5.809	5.627
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	5.394	5.317
ATE II Transmissora de Energia S.A	3.027	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A - Ente	2.858	2.826
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A	2.563	2.498
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda - ITE	2.728	219
Outras concessionárias	13.242	20.223
	185.030	187.154

c) Pessoal

	2007	2006
Remunerações	70.604	67.315
Encargos sociais	22.741	21.444
	93.345	88.759
Auxílio alimentação e educação	5.605	4.966
Indenizações trabalhistas	1.827	1.550
Participação nos lucros e/ou resultados	13.431	8.791
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(2.464)	(2.157)
	111.744	101.909

Participação nos lucros e/ou resultados

Desde 1996 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007, a Companhia reclassifica as participações em resultados não referenciadas nos estatutos como custo ou despesa operacional.

d) Planos Previdenciário e Assistencial

1) Plano de benefício previdenciário

A Copel Geração e Transmissão patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III (CV) foi estabelecido na modalidade de contribuição definida. Na data da aposentadoria o plano de contribuição definida torna-se uma renda mensal vitalícia.

As parcelas de custos desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas atuariais e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

O fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II, até julho de 2007, estava garantido por contrato denominado "Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários Básico e Complementar de Benefícios Previdenciários", assinado em 20 de janeiro de 1999. Este contrato possui cláusulas que prevêem a extinção da obrigação sob determinadas condições. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos, a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, em 27.07.2007, a cessação dos pagamentos das contribuições vinculadas a este contrato a partir de agosto de 2007, em face da extinção das obrigações ali pactuadas.

2) Plano de benefício assistencial

A Copel Geração e Transmissão aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

3) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial		
			2007	2006
Plano de benefícios - Planos I e II (BD)	53.280	98.232	151.512	137.628
Plano de benefícios - Plano III (CV)	1.320	-	1.320	441
	54.600	98.232	152.832	138.069
		Circulante	8.748	25.785
		Não circulante	144.084	112.284

	2007	2006
Plano de benefícios - Planos I e II (BD)	151.512	137.628
Plano de benefícios - Plano III (CV)	1.320	441
	152.832	138.069
	8.748	25.785
	144.084	112.284

	2007	2006
Plano de benefícios - Plano III (CV)	1.320	441
	1.320	441

	2007	2006
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(24.276)	6.392
Plano previdenciário (CV)	14.382	1.710
Plano assistencial - pós-emprego	5.386	7.043
Contribuição assistencial	(11.744)	(3.836)
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(427)	(486)
	(16.679)	10.823

4) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/2000

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2007 e 2006, são conforme segue:

	Real	Nominal
Econômicas		
Inflação	-	5,05%
Taxa de desconto/retorno esperados	6,00%	11,35%
Crescimento		

g) Serviços de Terceiros		
	2007	2006
Manutenção do sistema elétrico	8.598	10.176
Consultoria técnica, científica e administrativa	7.497	10.936
Telecomunicações - manutenção do sistema	5.769	6.196
Serviços de apoio administrativo	4.774	3.809
Vigilância	3.394	2.459
Instalações - serviços em área verde	3.345	2.775
Energia Elétrica - consumo	3.015	3.076
Viagens	1.908	2.128
Serviços de manutenção civil	1.242	2.711
Treinamentos	1.108	992
Condução	1.003	940
Meio ambiente	752	500
Telefone	746	775
Processamento e transmissão de dados	468	500
Anúncios e publicações	330	261
Manutenção e conservação de veículos	273	246
Despesas jurídicas	212	317
Outros serviços	3.691	3.007
	48.125	51.804

h) Taxas Regulamentares		
	2007	2006
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	69.472	38.046
Taxa de fiscalização - Aneel	5.372	5.214
	74.844	43.260

i) Provisões e Reversões		
	2007	2006
Provisões para contingências	2.544	(36.992)
PCLD - consumidores e revendedores	(376)	12.214
PCLD - outros créditos	41	1.141
	2.209	(23.637)

j) Recuperação de Custos e Despesas		
	2007	2006
Combustíveis p/ produção de energia elétrica - CCC	(16.867)	(17.360)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(5.890)	-
Água clarificada p/ Ueg Araucária	(1.010)	-
Hotéis e hospedarias	(603)	(553)
Recuperação de custos e despesas diversas	(978)	(836)
	(25.348)	(18.749)

k) Outros Custos e Despesas Operacionais		
	2007	2006
Créditos incobráveis - RTE (NE nº 6)	14.169	-
Doações - Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	3.012	7.002
Multas	2.333	-
Seguros	2.193	1.984
Arrendamentos e alugueis	1.183	3.515
Tributos	1.022	786
Taxas e anuidades - entidades não governamentais	1.215	1.210
Outros custos e despesas	722	681
	25.849	15.178

28 Resultado Financeiro

	2007	2006
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	65.586	73.091
Juros sobre mútuo Holding	13.295	30.334
Juros sobre impostos a compensar	1.448	276
Encargos moratórios sobre faturas de energia	1.173	653
Variações monetárias	211	6
Descontos obtidos	-	283.198
Juros s/ direito de ressarcimento de geradores	-	7.264
Outras receitas financeiras	376	310
	82.089	395.132
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	23.729	34.768
Variações monetárias e cambiais	12.495	19.084
IDF sobre contrato de mútuo	6.848	-
CPMF	6.473	6.503
Juros sobre P&D	1.349	933
Juros e multas moratórias fiscais, sancionatórias e outras	725	3.570
Outras despesas financeiras	18	9
	51.637	64.867
	30.452	330.265

29 Resultado Não Operacional

	2007	2006
Receitas		
Ganhos na alienação de bens e direitos	123	69
Outras receitas não operacionais	4	1
	127	70
(-) Despesas		
Perdas em estudos e projetos	29.878	-
Perdas na desativação de bens e direitos	495	274
Provisões (reversões) não operacionais	(442)	107
Outras despesas não operacionais	1	8
	29.932	389
	(29.805)	(319)

Perdas em estudos e projetos

O saldo de R\$ 29.878 refere-se a gastos com estudos de inventários de rios e de viabilidade de usinas hidrelétricas que não foram aprovados pela Aneel. Conforme estabelece a legislação, somente os gastos de estudos e projetos aprovados por auditoria técnica da Aneel são passíveis de ressarcimento.

30 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel. Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	2007	2006
Ativo circulante (NE nº 6)		
Até dezembro de 2006	-	1.083
De julho a setembro de 2007	19	-
De outubro a dezembro de 2007	2.000	-
	2.019	1.083
Passivo circulante (NE nº 17)		
De outubro a dezembro de 2007	787	-
	787	-

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no exercício de 2007 é apresentada a seguir:

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
	2006			2007
Ativo circulante (NE nº 6)				
Até dezembro de 2005	1.083	(1.210)	127	-
De janeiro a março de 2007	-	(2.507)	2.507	-
De abril a junho de 2007	-	(23.591)	23.591	-
De julho a setembro de 2007	-	(11.206)	-	19
De outubro a dezembro de 2007	-	-	2.000	2.000
	1.083	(38.514)	39.450	2.019
(-) Passivo circulante (NE nº 17)				
De janeiro a março de 2007	-	(1.479)	1.479	-
De julho a setembro de 2007	-	(1.783)	1.783	-
De outubro a dezembro de 2007	-	(132)	919	787
	-	(3.394)	4.181	787
Total líquido	1.083	(35.120)	35.269	1.232

Nos exercícios de 2007 e 2006 a Companhia efetuou a comercialização de energia no curto prazo no âmbito da CCEE, no resultado, conforme a seguir demonstrado:

	2007		2006	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Compra	74.221	4.638	229.088	14.044
Venda	928.763	39.451	87.725	7.110

(*) Informações não auditadas.

31 Conciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da provisão para o IRPJ e da CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

	2007	2006
Lucro antes do IRPJ e CSLL	732.659	1.170.484
IRPJ e CSLL (34%)	(249.104)	(397.965)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	55.495	64.203
Equivalência patrimonial	50	-
Excesso de contribuição previdenciária privada	-	(2.065)
Ajustes de exercícios anteriores referentes planos previdenciário e assistencial	-	8.314
Incentivos fiscais	1.997	4.697
Ajuste a valor presente - Compagas	(736)	2.527
Outros	2.090	(3)
Efeitos fiscais sobre:		
IRPJ e CSLL (34%)	(190.208)	(320.292)

32 Instrumentos Financeiros

Considerações gerais

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Disponibilidades, Consumidores e revendedores, Contas a receber de entidades governamentais, Empréstimos e financiamentos e Debêntures.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.12.2007, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

	2007	2006
Numerário disponível	873.192	557.355
Empréstimos e financiamentos	338.341	354.569
Contas a receber de entidades governamentais	1.306	590

Fatores de Risco

1) Risco de crédito

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber e implementando políticas específicas de cobrança.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos captados no mercado em moeda estrangeira. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para fazer swap contra este risco, mantendo, porém, trabalho de monitoramento das taxas cambiais, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger dos riscos.

3) Risco de Taxa de Juros

Risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de Vencimento Antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando a manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidroelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios. Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético. Por outro lado o risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS que, segundo as informações do Plano Mensal de Operação divulgado mensalmente no site www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos 2 anos.

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

33 Transações com Partes Relacionadas

Os principais saldos das transações com partes relacionadas são:

Parte relacionada	Natureza da operação	2007	2006
Ativo circulante			
Copel Distribuição S.A.	Suprimento de energia elétrica	8.381	7.007
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	18.774	-
Centrais Elétricas do Rio Jordão – Elejor	Cessão de empregados	-	59
Centrais Elétricas do Rio Jordão – Elejor	Prestação de serviços	436	447
Centrais Elétricas do Rio Jordão – Elejor	Encargos de uso da rede elétrica	13	-
Usina Elétrica a Gás Araucária – UEGA	Prestação de serviços e outros créditos	6.293	-
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados	629	548
Ativo não circulante			
Copel Holding	Contrato de mútuo	-	368.622
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	5.837	-
Centrais Eólicas do Paraná – CEOLPAR	Investimentos	2.883	-
Passivo circulante			
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	-	2.043
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	452	452

	2007	2006	
Passivo não circulante			
Cia Paranaense de Energia - Copel	Juros sobre capital próprio	152.581	57.507
Copel Distribuição S.A.	Dividendos	352.106	586.911
Copel Distribuição S.A.	Pis/Pasep e Cofins - passivo regulatório	-	7.615
Passivo operacional			
Cia Paranaense de Gás - Compagas	Materiais	21.239	26.334
Receitas financeiras			
Cia Paranaense de Energia - Copel	Rendas s/ empréstimos	13.295	30.334

34 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Recursos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados (a)	24/8/2008	1.129.817
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/8/2008	42.669
Responsabilidade civil (c)	24/8/2008	5.780
Engenharia (d)	24/8/2008	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/8/2008	apólice por averbação
Riscos Diversos (f)	24/8/2008	684

a) Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as usinas, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Copel com importância segurada única, extensiva a todas as Subsidiárias Integrals. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos ou eletrônicos.

f) Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação. Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

35 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento ao Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/Aneel o resultado da Copel Geração e Transmissão esta sendo apresentado por atividade:

	GER	TRA	COM	ATIV NÃO VINCULADA	2007
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	-	-	164.935	-	164.935
Suprimento de energia elétrica	1.236.528	-	39.451	-	1.275.979
Disponibilização da rede elétrica	-	18.122	-	-	18.122
Outras receitas operacionais	43.108	165	-	-	43.273
	1.279.636	18.287	204.386	-	1.502.309
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(194.851)	(1.486)	(4.418)	-	(200.755)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.084.785	16.801	199.968	-	1.301.554
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	184	-	(60.039)	-	(59.855)
Encargos de uso da rede elétrica	(185.030)	-	-	-	(185.030)
	(184.846)	-	(60.039)	-	(244.885)
Custo de operação					
Pessoal	(66.596)	(3.766)	(1.829)	-	(72.191)
Planos previdenciário e assistencial	7.384	4.176	351	-	11.911
Material	(7.416)	(503)	(1)	-	(7.920)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	10.673	-	-	-	10.673
Serviços de terceiros	(33.834)	(600)	(42)	-	(34.476)
Depreciação e amortização	(101.353)	(2.052)	(14)	(1.050)	(104.469)
Recuperação de despesas	25.064	2	1	-	25.067
Outros custos de operação	(2.153)	(2.474)	(700)	-	(5.327)
	(168.231)	(5.217)	(2.234)	(1.050)	(176.732)
Custo do serviço prestado a terceiros					
Pessoal	(2.716)	-	-	-	(2.716)
Planos previdenciário e assistencial	(226)	-	-	-	(226)
Material	(277)	-	-	-	(277)
Serviços de terceiros	(838)	-	-	-	(838)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	(17)	-	-	-	(17)
	(4.074				

continuação	GER	TRA	COM	ATV NÃO VINCULADA	2007
RESULTADO DO SERVIÇO	583.452	11.767	137.695	(1.050)	731.864
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	82.122	-	(33)	-	82.089
Despesas financeiras	(51.378)	(259)	-	-	(51.637)
	30.744	(259)	(33)	-	30.452
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	-	-	-	148	148
LUCRO OPERACIONAL	614.196	11.508	137.662	(902)	762.464
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(29.744)	(61)	-	-	(29.805)
LUCRO ANTES IMPOSTO DE RENDA E CONT. SOCIAL	584.452	11.447	137.662	(902)	732.659
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(182.575)	-	-	-	(182.575)
Imposto de renda e contribuição social	(7.633)	-	-	-	(7.633)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(190.208)	-	-	-	(190.208)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	394.244	11.447	137.662	(902)	542.451

36 Alteração da Legislação Societária Brasileira

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º.01.2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser resumidas como segue:

- 1) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- 2) Criação de um novo subgrupo de contas, denominado ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- 3) Revogação da possibilidade de registrar doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- 4) Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

Anexo I

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	2007	2006
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	542.451	850.192
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:		
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(778)	13.463
Depreciação e amortização	106.033	103.088
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	25.614	(14.267)
Equivalência patrimonial	(148)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.674)	9.953
Parcela de ajustes de encargos da rede	(761)	-
Provisões no passivo não circulante	9.391	(4.110)
Baixas de realizáveis a longo prazo	7.375	-
Baixas de investimentos	2.237	-
Baixas de imobilizado - líquidas	28.546	235
Baixas de intangível - líquidas	3	42
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores e revendedores	(30.333)	117.721
Serviços executados para terceiros, líquidos	(160)	1.509
Serviços em curso	(3.420)	(641)
Impostos e contribuições sociais	4.461	(1.957)
Cauções e depósitos vinculados	(37.759)	(246)
Depósitos judiciais	(480)	(3.112)
Estoques	(4.401)	(87)
Outros créditos	(4.833)	(3.273)
Aumento (redução) dos passivos		
Empréstimos e financiamentos - juros incorridos e pagos	(24.106)	(27.905)
Fornecedores	(4.013)	(595.376)
Impostos e contribuições sociais	38.247	62.224
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	13.690	4.630
Benefícios pós-emprego	(35.189)	(24.523)
Outros passivos regulatórios	24.711	-
Encargos do consumidor a recolher	1.175	(841)
Pesquisa e desenvolvimento	3.301	5.657
Outras contas a pagar	(5.264)	12.929
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	652.916	505.305
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	380.553	(300.459)
Aquisição do controle das Centrais Elétricas do Paraná - líquida do caixa adquirido	(1.393)	-
Adições em participações societárias e outros investimentos	(7.200)	-
Adições no imobilizado	(19.712)	(41.925)
Adições no intangível	(1)	(166)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	352.247	(342.550)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos - amortizações de principal	(46.066)	(47.881)
Integralização de capital social	11.799	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(655.059)	(206.796)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	(689.326)	(254.677)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes a caixa	315.837	(91.922)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	557.355	649.277
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	873.192	557.355
Varição no caixa e equivalentes a caixa	315.837	(91.922)

ANEXO II - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2007	2006
Receitas			
Geração de energia, serviços e outras receitas	25	1.502.309	1.303.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27-i	(335)	(13.355)
Resultado não operacional	29	(29.805)	(319)
Total		1.472.169	1.289.678
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	27-a	59.855	69.324
Encargos de uso da rede elétrica - (ESS)	27-b	185.030	187.154
Material, insumos e serviços de terceiros	27-ef/fg	46.153	(210.076)
Outros insumos		181	(44.867)
Total		291.219	1.535
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.180.950	1.288.143
(-) Depreciação e amortização		106.033	103.088
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.074.917	1.185.055
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras	28	82.089	395.132
Resultado de participações societárias		148	-
Total		82.237	395.132
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.157.154	1.580.187

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado – através de análises de balancetes – a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2007, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do resultado, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à consequente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 13 de março de 2008.

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI

As Demonstrações Contábeis da Copel Geração e Transmissão S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 11 de abril de 2008.

CONSELHO FISCAL

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI

DIRETORIA

RUBENS GHILARDI

Diretor Presidente

LUIZ ANTONIO ROSSAFA

Diretor de Gestão Corporativa

PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI

Diretor de Finanças e de Relações

com Investidores

RAUL MUNHOZ NETO

Diretor de Geração e Transmissão de Energia

ZUUDI SAKAKIHARA

Diretor Jurídico

MARLENE ZANNIN

Diretora Adjunta

CONTADOR

CLAUDEMIR GONÇALVES RICARDO
CRC-PR-031470/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Geração S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense

